

FUMPROARTE

15 años



Prefeitura de
Porto Alegre
Secretaria Municipal de Cultura

© Direitos desta edição: Prefeitura Municipal de Porto Alegre

José Fortunati

Prefeito

Sergius Gonzaga

Secretário Municipal da Cultura

Organização e revisão

Álvaro Santi

Textos

Fátima Ávila, Gustavo Coelho e Álvaro Santi

Estagiária

Janaína Magalhães

Capa, projeto gráfico e diagramação

Andrea Peccine da Costa

Ficha técnica DVD

Locução: Dani Gris

Roteiro e direção: Cristiano Trein

Montagem e Finalização: Arion Engers

Apoio: Sanguebom Filmes / Tecnológica Produtora de Áudio / Bossa Produtora

S235f Santi, Álvaro

Fumproarte 15 anos / organização Álvaro Santi. – Porto Alegre : Secretaria Municipal da Cultura – Porto Alegre, 2010.
64 p. ; il.gráficos ; 21 cm

Inclui DVD, color.

1. Gestão Pública – Porto Alegre 2. Gestão Cultural – Porto Alegre 3. Fomento Cultural – Porto Alegre I. Santi, Álvaro II. Ávila, Maria de Fátima III. Coelho, Gustavo IV. Título

CDD: 353.0981651

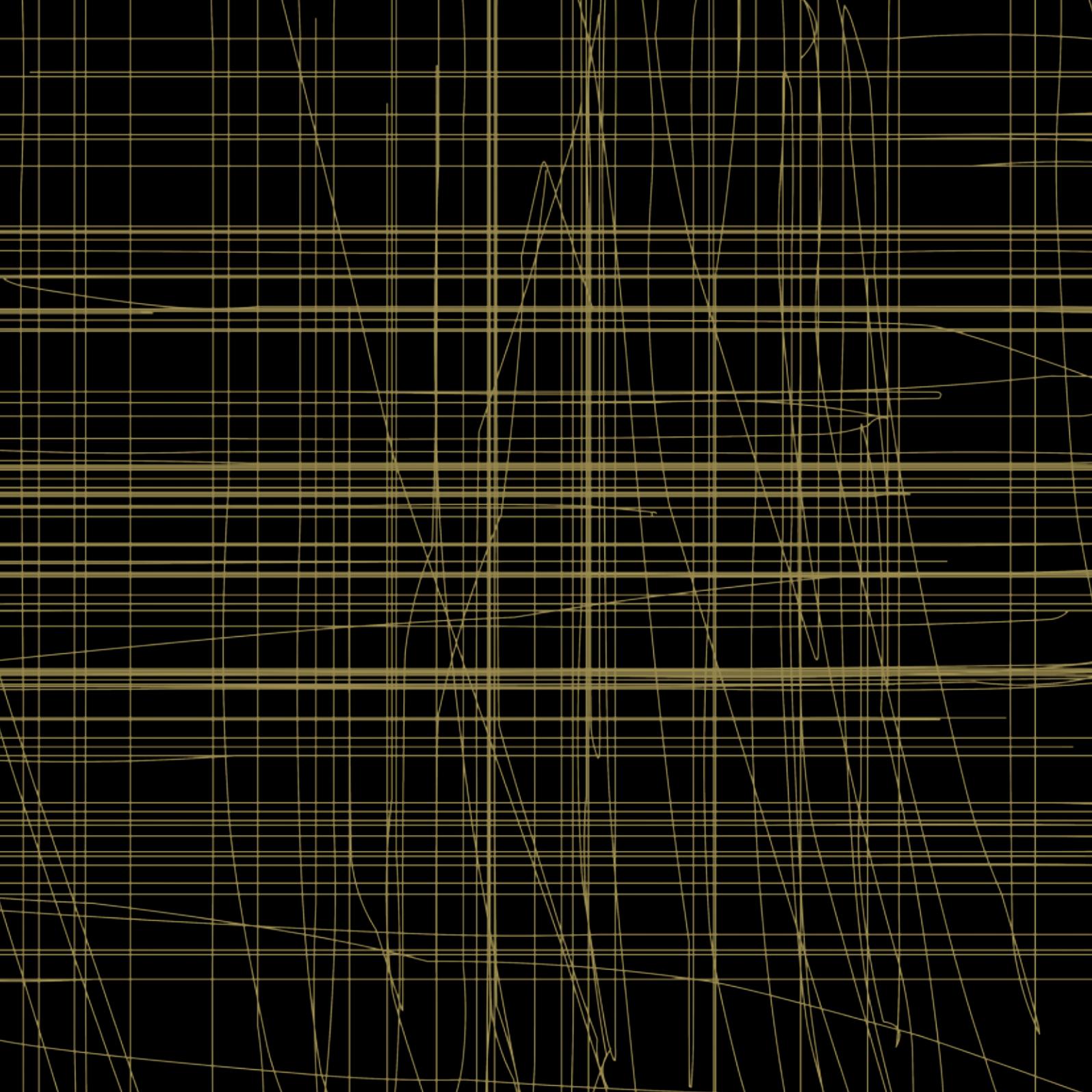
Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Vicari Tarasconi CRB 10/1076

FUMPRJARTE

15 años



**Prefeitura de
Porto Alegre**



Índice

- 07** **Apresentação**
Sergius Gonzaga
- 08** **FUMPROARTE: 15 anos de um modelo brasileiro de fomento à cultura**
Álvaro Santi
- 25** **FUMPROARTE – Criando um espaço maior para a arte em Porto Alegre**
Fátima Ávila
- 37** **O Fumproarte na Voz do Artista: Impressões da comunidade artístico-cultural porto-alegrense acerca do FUMPROARTE**
Gustavo Coelho
- 45** **FUMPROARTE em dados 1994-2008**

Apresentação

Com esta publicação, a Prefeitura de Porto Alegre cumpre mais uma vez com o propósito de dar publicidade e transparência às suas ações. E além disso, contribui para o resgate da história recente das práticas culturais na cidade, ciente do papel central da memória nessas práticas.

Trata-se aqui, antes de tudo, de colocar à disposição da comunidade um conjunto de dados que, cuidadosamente armazenados e organizados ao longo dos últimos anos, dizem respeito ao destino e utilização dos recursos investidos pelo Município em mais de 600 projetos de artistas locais. Projetos que foram viabilizados pelo FUMPROARTE, um dos fundos pioneiros de fomento público à cultura no Brasil, já reconhecido como modelo no setor e premiado nacionalmente. Que distribui recursos *exclusivamente* mediante editais públicos, em decisões compartilhadas com a comunidade cultural organizada. E que segue funcionando sem interrupção desde sua implantação, em 1994.

Parte desses dados já foi disponibilizada pela internet, de forma mais sucinta. Outra parte começa a ser interpretada, através dos estudos contidos neste volume. Outros estudos sobre o FUMPROARTE encontram-se ora em curso, em Porto Alegre e fora daqui. E certamente muitos outros ainda se tornarão possíveis daqui para diante, a partir da publicação integral desses dados, que buscam aplacar a deficiência crônica deste tipo de informação, em especial na área da gestão da cultura. Informações que não fazem falta apenas para os cidadãos, preocupados com o retorno sobre os impostos que pagam; mas frequentemente também para os governos, que nelas encontram maiores subsídios para o planejamento e execução das políticas culturais.

Sergius Gonzaga
Secretário Municipal da Cultura

FUMPROARTE: 15 anos de um modelo brasileiro de fomento à cultura*

Álvaro Santi

Prefeitura de Porto Alegre.

Bacharel em Música e Mestre em Letras/UFRGS.

asanti@smc.prefpoa.com.br

* Apresentado no V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador - BA, 2009.

Este ensaio nasce de um duplo propósito: levar a público um modelo brasileiro de fomento que, com transparência e controle social, viabilizou 626 projetos culturais no Município de Porto Alegre, ao longo de 15 anos de existência; e esboçar um balanço crítico deste modelo e seus resultados, apontando para um aprimoramento futuro.

A partir de 1989, iniciava-se em Porto Alegre uma das primeiras experiências do Partido dos Trabalhadores no governo de uma Capital, que se estenderia até 2004. Parcela significativa da comunidade cultural participou no debate, liderado na ocasião pela Secretaria Municipal da Cultura, com o propósito de encontrar uma forma de o Município apoiar a produção local, especialmente de pequeno porte. Entre o incentivo fiscal, em fase de implantação em alguns municípios e estados brasileiros, mas cujo pouco tempo de operação naquele momento não permitia uma avaliação consistente de seus resultados; e um fundo de fomento direto, cujos modelos mais conhecidos¹ tinham a dupla desvantagem de operarem no exterior e em âmbito nacional em seus países, acabaria prevalecendo o segundo.²

O cineasta Giba Assis Brasil relembra o processo de construção da nova lei:

“No primeiro semestre de 1993, em pleno governo Collor,... quem trabalhava em cultura no país não tinha muita coisa para fazer a não ser discutir o que fazer. A gente já tinha aprendido que dali pra frente, a forma “moderna” de relação entre o Estado e os produtores culturais passava necessariamente pelas leis de incentivo... Mas em Porto Alegre haveria de ser diferente: numa de suas reuniões... com a comunidade cultural, o então vice-prefeito Tarso Genro surpreendeu a todos com uma tese... contrária: leis de incentivo não interessam à Administração Popular, administrar a cultura através de renúncia fiscal é abrir mão de qualquer política cultural, é abdicar da possibilidade de a comunidade interferir no processo em nome de uma cultura que obedeça unicamente às leis do mercado.” (In ÁVILA & TOMASI, 1998:62)

Aprovada a proposta pelo Legislativo, foi então criado o FUMPROARTE, com o objetivo de “prestar apoio financeiro a projetos de natureza artístico-cultural” ou “que visem fomentar e estimular a produção artístico-cultural no Município de Porto Alegre” (PORTO ALEGRE, 1993a: art. 1º e 4º). Segundo dados do IBGE, naquele momento 0,59% (ou 33) dos municípios brasileiros haviam criado fundos de cultura. (2007:67)³

Cabe destacar, dentre as características do então novo mecanismo: a) Investimentos a fundo perdido ou mediante empréstimo⁴; b) Máximo de 80% de participação do Município no custo total dos projetos; c) Voltado a qualquer área de artes ou humanidades, exceto construção ou conservação de bens imóveis e em despesas de capital; d) Vedação do uso pelo poder público, em qualquer esfera; e) Comissão de Avaliação e Seleção (CAS), com a competência de selecionar os projetos; e

¹ Como o *National Endowment for the Arts* dos EUA e o *Fondo Nacional de las Artes* argentino. Em depoimento em vídeo inédito, a ex-servidora da SMC Andréa BONOW enfatiza as dificuldades enfrentadas pela ausência ou indisponibilidade de modelos adequados. A servidora Elisabete TOMASI confirmou o fato, em depoimento ao autor.

² A questão “fundo x lei de incentivo” retornaria à pauta eventualmente na imprensa local, como em SCHÜLLER, F. L. “Uma idéia para Porto Alegre”. *Zero Hora*. Porto Alegre, 16 abr. 1996; SCHIRMER, L. “Uma lei engavetada.” *Zero Hora*. Porto Alegre, 3 dez. 2004 e PILLA VARES, L. “A cultura em risco”. *Zero Hora*. Porto Alegre, 4.dez. 2004.

³ Ainda segundo o IBGE, em 2006, essa proporção ultrapassaria 5%; tomando-se somente os 267 com mais de 100 mil habitantes, chegaria a 33,3%; e entre aqueles com mais de 500 mil habitantes, a 70%. Contudo, só metade dos municípios teria feito uso da legislação, nos 2 anos anteriores à pesquisa.

⁴ Esta modalidade nunca foi posta em operação.

f) “Retorno de Interesse Público”, definido como “quotas de doações, apresentações públicas ou outras... ao acervo municipal para uso público.” (PORTO ALEGRE, 1993a, 1993b)

A Lei também exigia dos interessados a comprovação de residência na Capital. Contudo, em 1999 o Poder Judiciário julgou improcedente ação movida por concorrente que, sentindo-se prejudicada, denunciou a aprovação de projeto de outra, não residente no Município (RIO GRANDE DO SUL, 1999). O pedido – e com ele o artigo 4º da Lei 7.328/93 – foi considerado incompatível com os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e igualdade, e contrário à Lei Federal de Licitações, a qual veda ao agente público “admitir, prever, incluir ou tolerar... cláusulas ou condições que... estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou *domicílio* dos licitantes”. (BRASIL, 1993, Art. 3º, inc. I)

O formato da CAS seguiu, em linhas gerais, o modelo dos conselhos que, após a redemocratização do país e a Constituição de 1988, difundiram-se como instâncias de controle social da gestão pública. Composta por 9 titulares e 9 suplentes, 2/3 são “representantes do setor cultural”, “eleitos por associações ou entidades de classe com reconhecida representatividade na área cultural”; e 1/3, indicados pelo Governo. Os membros eleitos têm mandato de um ano, admitida a reeleição por igual período. Já os indicados permanecem por tempo indeterminado, a critério da SMC.⁵

Merece destaque a determinação legal de que a Comissão reúna-se “pelo menos duas vezes por ano, em local e data a serem divulgados pela imprensa e com acesso ao público, para deliberar sobre o apoio a ser concedido aos projetos apresentados” (PORTO ALEGRE, 1993a: Art. 6º, § 1º). Na prática, o Município extrapolou a aplicação desta norma, dando publicidade e franqueando o acesso a todas as reuniões, promovendo assim uma transparência sem precedente conhecido em concursos similares no país.

Antes de serem encaminhados à CAS para análise de mérito, os projetos são submetidos a verifi-

⁵ Cumpre notar que pouco mais de 1/3 dos fundos de cultura municipais são geridos por colegiados, com participação da sociedade. Nos municípios com mais de 100 mil habitantes, só 30% tem esta característica. (IBGE, 2007:69)

cação do atendimento ao Edital. O retrospecto dos 30 primeiros editais revela elevado grau de inabilitação dos concorrentes (40,8% em média). Uma vez habilitados, os projetos são distribuídos a três membros da CAS – os relatores, que redigirão seus pareceres, abordando os quesitos “Clareza e Coerência; Previsão de Custos; Retorno de Interesse Público e Mérito (Criatividade, Abrangência, Importância para Porto Alegre)” (PORTO ALEGRE, 2008). Os pareceres, lidos nas reuniões públicas, concluem pela *recomendação* ou *não-recomendação* do projeto. Obtendo 2 ou 3 recomendações, o projeto é encaminhado à etapa de “Seleção Final”. Se não obtém as recomendações necessárias, oportuniza-se ao proponente, após a leitura, uma sustentação oral. Somente nesta ocasião, os demais membros da CAS poderão pedir vistas ao projeto, apresentando novo parecer na reunião seguinte. Se este for pela recomendação, o projeto irá à Seleção Final. Previsivelmente, pedidos de vista são mais comuns nos casos em que o proponente faz uso da palavra.

A Seleção Final inicia-se por uma recapitulação dos pareceres, seguindo-se as rodadas de votação para definir os projetos beneficiados, até o esgotamento do recurso disponível. A pontuação compreende simultaneamente o número de votantes e a maior ou menor prioridade atribuída por cada um deles ao projeto.

Aprovados os projetos, serão assinados os contratos e o Município creditará a cada proponente a primeira parcela para a sua execução, que deverá seguir as normas do edital e de manual específico. A parcela seguinte será repassada após aprovação da prestação de contas da primeira, e assim sucessivamente até a conclusão do projeto.

Alterações ao projeto original devem ser expressa e previamente autorizadas pelo titular da SMC, a pedido dos proponentes. Mudanças que alterem quantitativa ou qualitativamente as metas ou retorno de interesse público dos projetos são submetidas à CAS. Edital e contrato prevêem penalidades para o descumprimento ou irregularidades na execução do projeto, que vão desde a advertência e multa de 10% do valor contratado até a devolução da parcela corrigida e declaração de inidoneidade para contratar com o poder público. A taxa de inadimplência contudo é baixa: somente 14 ou 2,2% dos 626 projetos financiados não foram concluídos ou tiveram suas prestações de contas rejeitadas.

A partir do primeiro concurso, a SMC passou a atender número crescente de pessoas em busca de orientação sobre o Edital, novidade no meio artístico de então. De início prestada individualmente, com o aumento da demanda passou-se a oferecer palestras periódicas. Procedimento semelhante foi adotado para orientação quanto à aplicação dos recursos e prestação de contas, que a partir de 1999 ganhou um manual próprio.

O montante distribuído no primeiro ano de atividade a 23 projetos foi de R\$ 262 mil. Em 2008, 57 projetos repartiram R\$ 1.879 mil, num aumento nominal de mais de 600%. Contudo, atualizando-se esses números pelo IGP-M⁶, o que se observa na figura 1 é uma tendência geral de declínio, a partir de 1995. Após o ponto mais baixo, em 2006, houve uma recuperação significativa no ano seguinte, alcançando um patamar não atingido desde 1998.

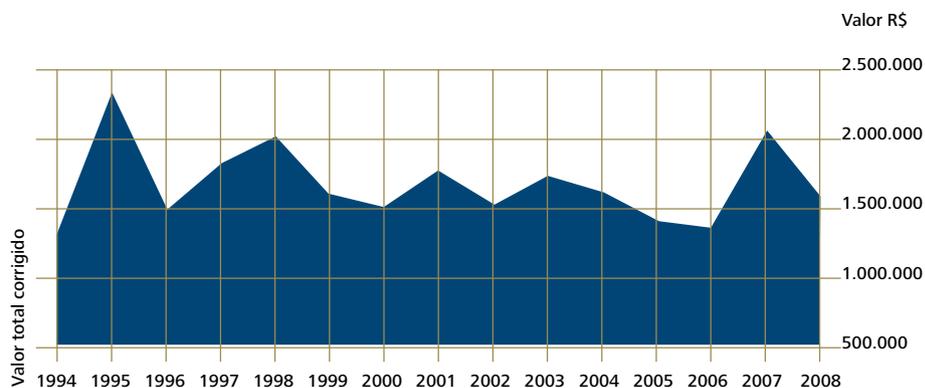


Figura 1: Valor anual investido em projetos, corrigido pelo IGP-M (1994-2008)

Similarmente, a evolução da participação do FUMPROARTE no orçamento do Município também apresenta tendência geral de redução, parcialmente revertida na última terça parte do período, após alcançar o ponto mais baixo em 2004.

⁶ Índice Geral de Preços, medido pela Fundação Getúlio Vargas. <http://www.fgvdados.fgv.br>

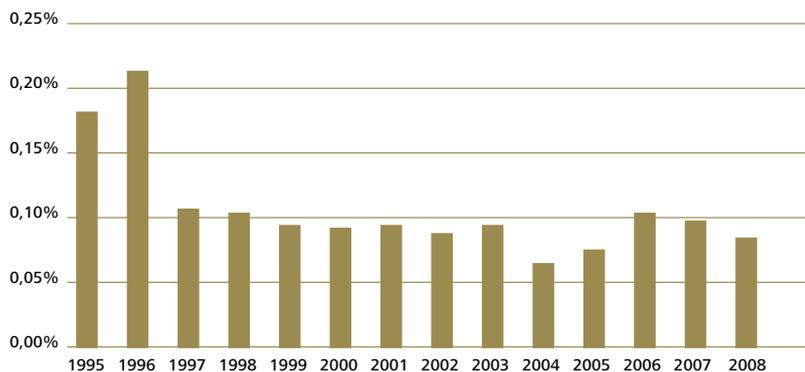


Figura 2: Orçamento do FUMPROARTE sobre o total do Município (1995-2008)⁷

A figura 3 mostra o histórico da demanda de projetos (inscritos), do cumprimento às normas do edital (habilitados) e do atendimento da demanda pelo Município (aprovados). A tendência geral é de crescimento da demanda, destacando dois “picos” de inscrições: em 1999/1 (240) e 2002/2 (238). Já o número de aprovados tende à estabilidade.

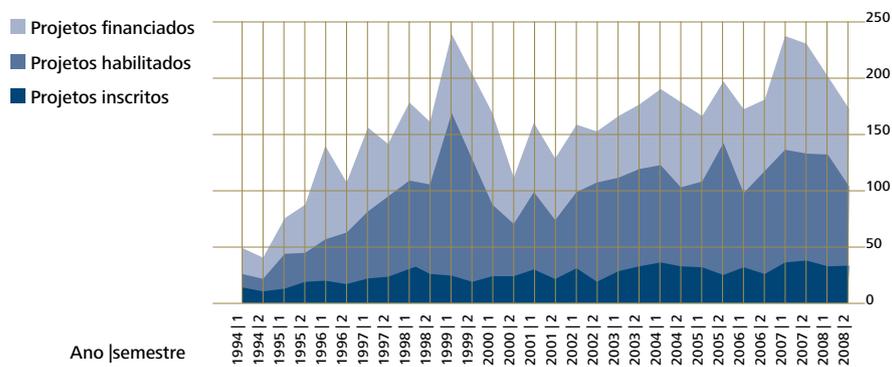


Figura 3: Projetos inscritos, habilitados e aprovados, por concurso (1994-2008)

⁷ Os dados de 1994 não foram considerados devido à mudança da moeda brasileira, implantada naquele ano.

Entre as escassas fontes que permitem medir a participação do FUMPROARTE na produção total de Porto Alegre, encontram-se os *Anuários de Artes Cênicas*, publicados entre 1997 e 2005. Neste período, 18% (97) dos 540 espetáculos de produção local estreados receberam apoio do FUMPROARTE, variando entre 8,8% (2003) e 25% (2001). No período, o número de espetáculos que o FUMPROARTE apóia anualmente cresceu 100% (de 6 para 12), mais do que a produção local total, que cresceu 73% (de 44 para 76). A participação variou também conforme o tipo de produção: entre 10,1% na área de dança e 57,9% para teatro de rua.⁸

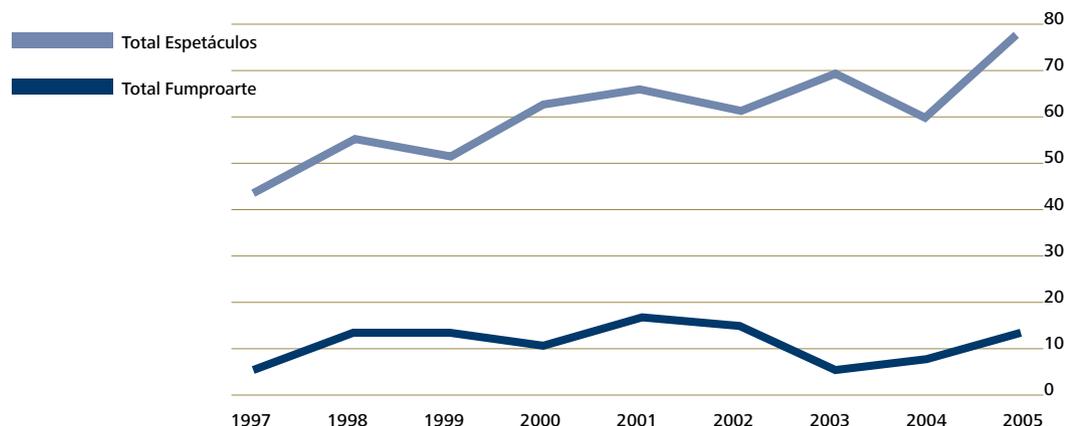


Figura 4: Participação na produção local de artes cênicas (1997-2005)

No segmento audiovisual também há dados disponíveis, graças à publicação do catálogo *Cinema-RS* (FUNDACINE, 2005). No período 2000-2004, o FUMPROARTE apoiou 28,6% dos filmes produzidos no Estado (26 de 91). Destes 26, 24 eram de curta-metragem, correspondente a 31,6% da produção total de curtas (76 filmes).⁹

⁸ A maior dependência de financiamento público neste segmento é compreensível por não contar com receita de bilheteria. Contudo, a produção total nesse segmento é restrita, em média, a 2 espetáculos por ano.

⁹ Considerados filmes concluídos no período, com cópia final em suporte película de qualquer bitola.

Outro aspecto dos resultados do FUMPROARTE (e do setor cultural como um todo) que está por merecer estudos mais detalhados é a geração de empregos. No período entre 1994 e 2001, pelo menos 20 pessoas trabalharam em cada projeto financiado pelo fundo, em média.¹⁰ Corrigindo os valores aplicados pelo IGP-M atual, conclui-se que cada R\$ 1 milhão investido gerou 487 postos de trabalho, o triplo daquele estimado pela primeira pesquisa desse gênero sobre o setor cultural (160 postos para R\$ 1 milhão), realizada pela Fundação João Pinheiro em 1998 (BRASIL, 1998). O bom desempenho na geração de empregos – ainda que temporários, pela característica dos projetos – confirma o constatado pelos pioneiros no estudo da Economia da Cultura, Baumol & Bowen, para quem o setor das “artes performáticas” (*performing arts*) é por definição intensivo em trabalho e com capacidade limitada de incorporar ganhos de produtividade que a evolução tecnológica imprime regularmente aos demais setores (apud Byrnes, 2003:224-5). Enquadram-se neste setor a maior parte dos projetos aprovados pelo FUMPROARTE, especialmente os de artes cênicas (190, ou 30,4% do total). Cabe citar ainda o estudo de NAJBERG & PEREIRA (2004), que coloca em primeiro lugar no potencial de geração de empregos o conjunto de “serviços prestados à família”, que abrange saúde, educação e lazer – que inclui naturalmente a cultura.

Em 1998, a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro aprovou projeto do deputado Carlos MinC (PT), criando o Fundo Estadual de Cultura, declaradamente inspirado no modelo do FUMPROARTE. (GRAÇA, 1998)

Em 2001, a Assessoria de Pesquisa da SMC realizou pesquisa qualitativa, com os objetivos de: “avaliar a relação estabelecida entre a comunidade cultural e o FUMPROARTE; compreender as diferentes visões dos artistas sobre o Fundo; e colher sugestões sobre o FUMPROARTE, que possibilitem melhorias no seu funcionamento”. Buscando “a compreensão do significado e intenção do discurso da classe artística”, foram formados grupos de discussão, cada um deles integrado por pessoas com distintas posições e relacionamento em relação ao FUMPROARTE. As sessões

¹⁰ Dados informados pelos proponentes, coletados na ficha técnica de projetos aprovados até 2001 e já concluídos. Para as funções desempenhadas por empresas, considerou-se uma única vaga de trabalho, motivo pelo qual dizemos “pelo menos” 20 vagas, já que estas empresas podem ter envolvido contingente maior de mão de obra, difícil de determinar com exatidão.

foram gravadas, as transcrições analisadas e os resultados sintetizados num relatório. (LAUERMANN & DEROSSO, 2005). No ano seguinte, o relatório foi apresentado e debatido, inicialmente na CAS e posteriormente no seminário *A arte de financiar a arte*, aberto ao público e com convidados de outros estados.

Em 2002, o FUMPROARTE foi um dos finalistas indicados ao *Prêmio Multicultural Estadão-SE-RASA 2002*, promovido pelo jornal *O Estado de São Paulo*, na categoria “fomentadores”. Os indicados foram escolhidos por uma comissão curadora e os premiados eleitos dentre aqueles por um colegiado de 6 mil votantes de todo o país, entre jornalistas, artistas e críticos. O prêmio foi entregue na capital paulista, em 26/11/2002. Alguns anos mais tarde, no contexto do debate sobre alterações na Lei Rouanet, Yacoff Sarkovas (2005), que concebeu o prêmio Estadão, escreveria:

“No Brasil, experiências no campo... cultural, como o FUMPROARTE, que opera há dez anos em Porto Alegre... demonstram ser possível financiar projetos e instituições independentes, com baixos reiscos de malversação, clientelismo, corrupção e dirigismo”

Em 2003, o FUMPROARTE mereceu registro também da revista *Barcelona Cultura*, do “Ajuntament” de Barcelona. (ORTIZ, 2003)

Em 2005, o FUMPROARTE foi selecionado entre os 20 programas finalistas da 10ª edição do *Prêmio Gestão Pública e Cidadania*, que tinha como propósito destacar “práticas inovadoras de governos municipais, estaduais e de organizações próprias dos povos indígenas”. Iniciativa da Fundação Getúlio Vargas e Fundação Ford, com patrocínio do BNDEs, recebeu 721 inscrições. A publicação *Histórias de um Brasil que funciona* reuniu textos breves sobre cada uma das 20 iniciativas finalistas, das quais somente duas da área da cultura. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2005).¹¹ O prêmio recebido, de R\$ 6 mil, foi investido na realização do seminário *Mecenas na República: financiamento público à cultura*, com palestrantes da comunidade e poder público local e de representantes dos governos do Estado do Rio de Janeiro e municípios de São Paulo, Belo Horizonte e Santa Maria.

Em 2006, o FUMPROARTE seria uma das 30 iniciativas finalistas, dentre as 1.532 inscritas na primeira edição do prêmio *Cultura Viva*, criado pelo Ministério da Cultura com o objetivo de “identificar, dar visibilidade e fortalecer iniciativas que tem a cultura como meio de construção da cidadania e inclusão social de comunidades”¹² (CENPEC: 2007, 10 e 21)

A segunda edição do *Cultura Viva*, no ano seguinte, teve 2.033 inscrições válidas, das quais 217 na categoria “Gestor público.” Mais uma vez, o FUMPROARTE figurou entre as finalistas, agora em número de 42 (5 na categoria).

Neste período, a gerência do FUMPROARTE tem sido convidada por órgãos de governo, universidades e outras entidades, na capital e interior do Estado, a expor a experiência da Prefeitura de Porto Alegre no fomento à cultura, e também para orientar a formulação de projetos, sob a forma de oficina. Esta experiência deu origem a um curso de “Apresentação e gerenciamento de projetos culturais”, ministrado em 2007 no âmbito da Escola de Gestão Pública, vinculada à Secretaria Municipal de Administração. Em 2008, o FUMPROARTE foi objeto de comunicação apresentada à *Conferência Mundial para o Desenvolvimento das Cidades*, realizada na capital gaúcha. (SANTI, 2008)

Algumas das questões a serem enfrentadas pelo Município no futuro, com vistas ao aperfeiçoamento do FUMPROARTE, já aparecem na pesquisa da ASSESPE, citada acima, como é o caso da qualificação dos membros da Comissão de Avaliação e Seleção e da sua efetiva representatividade em relação ao meio artístico:

“Sua qualificação envolve, necessariamente, a participação de todos os envolvidos (comunidade cultural e poder público)... É possível observar, nas opiniões, duas vertentes: os que acreditam que os problemas da CAS advêm da forma como o FUMPROARTE está constituído (multidisciplinariedade

¹¹ O prêmio não teve edição posterior. Versão do texto em inglês encontra-se no site do Ash Institute for Democratic Governance and Innovation, da Harvard Kennedy School: <http://www.innovations.harvard.edu/awards.html?id=37561>

¹² Dentre as 118 inscrições válidas na categoria “Gestão Pública”, 2 chegaram à etapa final.

da comissão, falta de verba, excesso de subjetividade) e aqueles que vêem dificuldades na falta de qualificação das pessoas que a compõem, portanto, problema da comunidade cultural e da SMC.” (LAUERMANN & DEROSSO, 2005:35)

De fato, O cumprimento das atribuições da CAS exige de seus integrantes um misto de conhecimentos empíricos sobre o fazer artístico, em suas diversas especialidades; certo domínio da Estética e habilidade para análise crítica e redação. Não sendo, portanto, tarefa fácil, é de certa forma surpreendente que não haja processo seletivo ou requisitos de formação para o cargo, exceção feita aos servidores municipais, sujeitos a aprovação em concurso. Dessa forma, toda a responsabilidade sobre a qualificação dos membros eleitos recai sobre aqueles que os elegem, as “associações e entidades de classe do setor, sem fins lucrativos, com reconhecida representatividade na área cultural e com, ao menos, um ano de existência legal comprovada” (PORTO ALEGRE, 1993b), representatividade esta de difícil comprovação na prática. É notório que muitos artistas – a maioria, talvez, em alguns setores – não reconhecem como representantes legítimas as entidades de seu segmento. Deve-se levar em conta ainda que os membros da CAS ficam impedidos de apresentar projetos ao concurso, não apenas durante seu mandato de um ano, mas por um período adicional de mais um ano após deixar o cargo (quarentena). Os valores pagos pelo Município a título de honorários, embora não sejam desprezíveis, também não são considerados muito atrativos.¹³

Na mesma pesquisa também surgiu a sugestão de que a CAS passe a acompanhar e avaliar a repercussão dos projetos, considerando eventualmente os resultados no julgamento dos projetos posteriormente apresentados pelo mesmo proponente. Por utilizarem recursos públicos, a documentação contábil dos projetos financiados é submetida a análise rigorosa, o que não ocorre com seu produto artístico. Se uma tal análise dos resultados, para além dos dados mensuráveis, estaria sujeita a riscos e dificuldades, não seriam estes menores do que os já enfrentados pela CAS, ao julgar os projetos inscritos no concurso.

¹³ Os membros eleitos recebem valores proporcionais à participação em reunião e ao número de pareceres. No último concurso (2008/2), com 15 reuniões semanais, receberam em média R\$ 1.304,17. Já os servidores da SMC recebem gratificação fixa mensal.

Tudo indica que uma estrutura mais adequada – formalização e ampliação do quadro de pessoal¹⁴; qualificação do espaço físico, maior informatização do concurso – contribuiria para um melhor atendimento aos projetos em curso, sempre em segundo plano diante do cumprimento de prazos e do atendimento ao grande número de inscritos no concurso em andamento. Em parte pode-se atribuir a esta deficiência no acompanhamento da execução o fato de que, num universo de 393 projetos finalizados, o prazo médio em que os projetos são concluídos superava em cerca de 120% o prazo inicialmente contratado, proposto pelos proponentes.

Mais atenção igualmente requer o uso dos recursos provenientes do Retorno de Interesse Público, destinados ao Município sob a forma de cotas dos produtos (discos, livros, filmes), ingressos ou atividades com entrada franca. Parte das publicações são vendidas na loja própria da SMC, a preço de custo ou inferior; parte é destinada a bibliotecas, escolas, rádios comunitárias ou outras instituições que as solicitem. Sobretudo os ingressos mereceriam um melhor acompanhamento do seu uso e distribuição, quanto à frequência, adequação e avaliação do público, por exemplo. Cabe refletir sobre este aspecto em atenção ao propósito, supostamente contido no espírito da lei, de incrementar a formação de público capaz de ativamente demandar, compreender e usufruir da produção artística subsidiada pelo Estado e objeto último de qualquer política pública. Estudando o papel das Agências Estaduais de Artes norte-americanas (State Arts Agencies), LOWELL & ZAKARAS, constataram que

“Apesar de décadas de esforço para tornar acessíveis obras de arte de alta qualidade a todos os norte-americanos, a demanda pelas artes não tem acompanhado a oferta. O público envolvido com as artes permanece predominantemente branco, com alta escolaridade e rico. Além disso, os espectadores estão envelhecendo: a cada ano, menos jovens visitam museus, ouvem música erudita ou assistem recitais de jazz ou performances de ballet.” (2008:xiii)¹⁵

¹⁴ A estrutura administrativa do FUMPROARTE (“gerência”) funciona com 2 técnicos de nível superior e 2 estagiários, mas até hoje não existe oficialmente no organograma da SMC, que dispunha em 2008 de cerca de 300 servidores para executar um orçamento de R\$ 35,7 milhões, dos quais 7,6% destinam-se ao FUMPROARTE.

¹⁵ Traduzido do original em inglês pelo autor.

A fim de modificar este cenário, as autoras recomendam às Agências “considerar com uma maior prioridade o cultivo da demanda pelas artes”, cultivo a ser buscado não através de campanhas de marketing, mas procurando desenvolver “habilidade e conhecimento necessários para que o público tenha, com a obra de arte, um encontro rico o suficiente para que retorne em busca de mais.” (idem, ibidem)

Em sintonia com esta perspectiva, podemos destacar ainda, dentre as “22 *claves estratégicas para diseño y gestión de políticas culturales*” propostas por OLMOS, aquelas que se referem a “*potenciar las políticas de creación de demanda por encima de las de oferta*” e a “*interrelacionar los programas culturales con los educativos*”. (2008: 209)

Outro importante desafio para o futuro do FUMPROARTE será o combate à concentração dos recursos para proponentes que residem nas regiões centrais da cidade, tendência de resto comum à maior parte dos recursos oriundos de leis de renúncia fiscal. No caso destas, contudo, a concentração – ainda que perversa do ponto de vista da política pública – é previsível, uma vez que o “patrocinador” privado escolhe projetos que possam atingir o público consumidor em potencial do seu produto ou serviço, quase sempre concentrado nos grandes centros urbanos e nas classes média e alta. A figura 5 mostra o quadro dessa concentração em Porto Alegre, considerados 302 projetos já encerrados, aprovados em editais de 1994 a 2005.

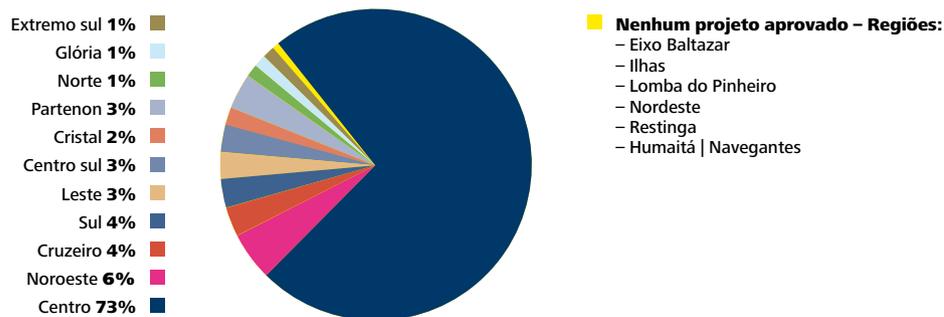


Figura 5. Residência dos proponentes de projetos aprovados, por região do Município

Na região Centro, que abriga perto de 20% da população da cidade, residem 73% dos responsáveis por projetos aprovados pelo Fundo. Em 2000, segundo o IBGE, os habitantes desta região tinham renda média 70% acima da média geral da cidade (16,8 contra 9,9 salários mínimos), e aproximadamente 4 vezes superior à média das 6 regiões que não tiveram um único projeto aprovado no período (Eixo Baltazar, Ilhas, Humaitá/Navegantes, Nordeste, Restinga e Lomba do Pinheiro). As 3 regiões com renda familiar superior a 10 salários mínimos (Centro, Noroeste e Sul), que reúnem pouco mais de 1/3 da população total, abocanharam 83% dos projetos aprovados, enquanto as 8 regiões mais pobres (Eixo Baltazar, Humaitá/Navegantes/ilhas, Glória, Extremo Sul, Norte, Restinga, Lomba do Pinheiro e Nordeste) onde reside outra terça parte, aprovaram somente 3%.

Diante desses dados, somos levados a refletir, como o fez BOTELHO, se esses resultados não colocam em xeque a hipótese de a ação do Estado promover uma “democratização da cultura, meta presente na maioria das políticas públicas implementadas em diversos países”. No contexto da França, ao qual se refere a autora, naquele momento constatava-se entre outras coisas que a gratuidade de ingresso não garantia um maior acesso a determinado evento ou espaço cultural, por determinada parcela de público até então “excluída”, não constituindo motivação suficiente para a mudança de hábitos desse público. A autora conclui que, “paradoxalmente, a política de democratização da cultura [...] transfere para os mais favorecidos os meios financeiros advindos dos impostos que pesam sobre o conjunto da população.” (2001:81)

É preciso ler esses dados considerando que a região onde reside o proponente do projeto aprovado pelo FUMPROARTE não é necessariamente a mesma onde se realiza o evento ou projeto cultural resultante. No entanto, é também verdade que a localização dos espaços e instituições culturais obedece à mesma “lógica” de concentração espacial, privilegiando as regiões onde reside a população de maior poder aquisitivo. Projetos que procuram quebrar este paradigma, ao propor performances de teatro ou dança em parques e praças, espetáculos musicais em espaços alternativos (quadras de escolas de samba, igrejas, associações comunitárias, etc.), palestras em escolas públicas ou exposições de obras plásticas a céu aberto, constituem exceção e não regra. A precariedade ou inexistência de espaços adequados e equipados para o fazer artístico na pe-

riferia das grandes cidades limita as possibilidades criativas desses projetos, ou demanda custos adicionais para a superação desses limites.

Ainda assim, embora o acesso à *fruição* de bens ou serviços culturais possa ser menos concentrado do que mostra a figura acima, o acesso ao uso de recursos públicos para a produção desses bens ou serviços é claramente restrito. As causas dessa concentração – que provavelmente é comum a outros mecanismos de fomento, caso nos disponhamos a analisar seus resultados – relacionam-se evidentemente com a escassez de recursos e capacitação técnica dos habitantes da periferia para a formulação de projetos. Situação que deve ser enfrentada como prioridade pelas políticas públicas em nome do direito de acesso universal aos bens e serviços culturais, entre outras coisas amplificando e descentralizando a oferta de treinamento para agentes culturais hoje existente, inclusive como estratégia para atrair recursos de fontes externas ao Município.

Considerados estes limites e desafios para o aprimoramento do FUMPROARTE, podemos concluir citando o relatório da visita técnica realizada em 2005 aos finalistas do prêmio *Gestão Pública e Cidadania*. Após conhecer *in loco* alguns projetos em andamento e entrevistar seus participantes, Maria CASTELLANO constatou ser o programa “legítimo, respeitado e aprovado pela comunidade”, destacando “a transparência do concurso público... e a grande participação da comunidade artística”. Constatou ainda que seu formato lhe confere “a possibilidade de ser replicado em diversas situações” e que, “havendo vontade política e uma comunidade artística interessada e atuante, experiências semelhantes podem ser implementadas em diversos municípios brasileiros, inclusive de pequeno porte.” (2005,15-6) ■

REFERÊNCIAS

- ÁVILA, F; TOMASI, E. (org.). *FUMPROARTE 5 anos*. Porto Alegre, Unidade Editorial da SMC, 1998.
- BOTELHO, I. "As dimensões da cultura e o lugar das políticas públicas." *In: São Paulo. São Paulo em perspectiva*. vol. 15, n. 2. São Paulo, SEADE. abr-jun.2001. <http://www.seade.gov.br>
- BRASIL, U. "Fomentador amplia contato com o público". *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 1 set. 2002. p. D-3.
- BRASIL, U. "Prêmio renova fronteiras da cultura brasileira". *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 19 set. 2002. p. D-1.
- BRASIL. Ministério da Cultura. "*Economia da Cultura*". Texto de J. Á. Moisés e R. C. de Albuquerque, com base em pesquisa da Fundação João Pinheiro, 1998. www.cultura.gov.br
- BYRNES, W. *Management and the arts*. Burlington, Focal Press/Elsevier, 2003.
- CASTELLANO, M. "Fundo Municipal de Apoio à Produção Artística e Cultural de Porto Alegre-FUMPROARTE". São Paulo, São Paulo, Programa Gestão Pública e Cidadania, 2005. <http://www.fgv.br/innovando>
- CENPEC. *Prêmio Cultura Viva: cultura, educação e comunidade*. São Paulo, CENPEC, 2008.
- CENPEC. *Prêmio Cultura Viva: um prêmio à cidadania*. São Paulo, CENPEC, 2007.
- DUNDER, K. "Multicultural Estadão entrega seus troféus". *O Estado de São Paulo*, 28 nov. 2002, p. D-12.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). *Histórias de um Brasil que funciona: governos locais ajudando a construir um país mais justo*. São Paulo, Programa Gestão Pública e Cidadania, 2005.
- FUNDACINE. *Cinema RS: Produção audiovisual 2004-2000 (Catálogo)*. Porto Alegre, Fundação Cinema RS, 2005.
- GRAÇA, E. "Uma boa notícia para a cultura". *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 15 nov. 1998, p. B-2.
- IBGE. *Perfil dos Municípios Brasileiros: Cultura 2006*. Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Rio de Janeiro, IBGE, 2007.
- LAUERMANN, M. F; Derosso, S. G. "FUMPROARTE: A Visão da Comunidade Cultural de Porto Alegre". *Boletín GC: Gestión Cultural* n. 11. Participación Ciudadana. abr. 2005. <http://www.gestioncultural.org>
- MOLINA, C. "Multicultural Estadão será entregue hoje". *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 26 nov. 2002, p. D-10
- NAJBERG, S; PEREIRA, R. O. "Novas estimativas do modelo de geração de empregos do BNDEs". *Sinopse econômica*. n. 133. Rio de Janeiro, BNDEs, mar. 2004. <http://www.bndes.gov.br>
- OLIVIERI, C. G. *Cultura neoliberal: leis de incentivo como política pública de cultura*. São Paulo, Pensarte/Escrituras, 2004.
- OLMOS, H. A. *Gestión Cultural y Desarrollo: claves del desarrollo*. Madrid, MAEC/ AECID, 2007. <http://www.aecid.es/culturaydesarrollo>
- ORTIZ, V. "Retrat de Porto Alegre". *Barcelona cultura*. Ajuntament de Barcelona, mai-jun. 2003. p. 16-7

- Porto Alegre. Observatório da Cidade de Porto Alegre (Banco estatístico eletrônico). <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/observatorio>
- Porto Alegre. Orçamentos. Prefeitura Municipal, 1994 a 2008.
- Porto Alegre. Anuário de Artes Cênicas. 1997-2005. (9 vol.) Porto Alegre, Unidade Editorial da SMC, diversos anos.
- Porto Alegre. Lei 6.099/88. Diário Oficial de Porto Alegre, 3 fev. 1988.
- Porto Alegre. Lei 7.328/93. Diário Oficial de Porto Alegre, 4 out. 1993a.
- Porto Alegre. Decreto 10.867/93. Diário Oficial de Porto Alegre, 16 dez. 1993b.
- Porto Alegre. Fumproarte 10 anos. (Catálogo) Porto Alegre, SMC, 2003.
- Prêmio Cultura Viva. Página eletrônica. <http://www.premioculturaviva.org.br>.
- RIO GRANDE DO SUL. Poder Judiciário. Comarca de Porto Alegre, 2ª Vara da Fazenda, 1º Juizado. Processo 1597750027. Sentença Cível 114/99. Ação Cautelar Inominada. Demandante: Izabel Beatriz Gules Franco. Demandado: Município de Porto Alegre. Prolator: Juiz Clademir Missaggia. Porto Alegre, 1 fev. 1999.
- SANTI, A. "A experiência do FUMPROARTE em Porto Alegre". (Apresentação de slides). Porto Alegre, Conferência Mundial para o Desenvolvimento das Cidades, 2008. <http://www.cmdc2008.com.br>
- SARKOVAS, Y. "Uma herança incômoda". O Estado de São Paulo. São Paulo, 15 abr. 2005, p. D-11.
- ZAKARAS, L; Lowell, J. F. Cultivating demand for the arts: Arts learning, arts engagement, and State arts policy. Santa Monica CA, Rand Corp, 2008. <http://www.rand.org> ou <http://www.wallacefoundation.org>

FUMPROARTE – Criando um espaço maior para a Arte em Porto Alegre

Fátima Ávila

Socióloga, Mestre em Psicologia Social e Institucional/UFRGS.

“A cultura faz laço social e por isso não pode se tornar território privativo de poucos e zona restrita de especialistas nem sempre dispostos a lutar pelo bem comum e que facilmente esquecem a dimensão política de uma produção. Se pensarmos a cultura como uma viagem, percebemos que ela cria novos territórios de circulação e de vidas possíveis. Ela tem que necessariamente estar presente em qualquer política de inclusão social.” Edson Souza¹⁶

Nestes 16 anos de funcionamento, o FUMPROARTE é especialmente relevante para Porto Alegre por ter aberto caminhos a uma significativa parcela da arte produzida na cidade, ainda mais para os segmentos artísticos que não encontram outros meios para sua realização. Podemos dizer que os artistas iniciantes, as produções de consumo bastante específicas, e mesmo bons profissionais que ainda não haviam tido a oportunidade em registrar seu trabalho são aqueles

¹⁶ Souza, E. “Por uma cultura da Utopia”. In: C. Boettcher, *Unicultura*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002. pp.36-45

que recorrem ao Fundo. Além disso, trata-se de uma política cultural que transcende à Secretaria Municipal de Cultura: a Comissão de Avaliação e Seleção (CAS), que analisa os projetos em sua segunda fase – o mérito¹⁷, possui um perfil altamente democrático, pois dois terços de seus membros são eleitos pela comunidade cultural porto-alegrense. Tal formação é uma das maiores garantias de visibilidade na distribuição de verbas em cada novo edital do FUMPROARTE. Somado a esses aspectos, há a possibilidade de qualquer cidadão ter acesso às reuniões da Comissão, já que todas são públicas.

Outro ângulo do FUMPROARTE que é significativo diz respeito ao funcionamento, tendo em vista que seu modelo foi amplamente discutido quando de sua criação em 1993, mas que não se estagnou ao longo desses 16 anos: através das reeleições feitas anualmente de seu regimento interno, quando assume o novo grupo de membros da CAS, seus mecanismos estruturais têm passado por aperfeiçoamentos que buscam garantir agilidade e maior transparência.

Este artigo busca produzir uma reflexão sobre o Fundo, procurando contextualizá-lo no âmbito de uma política cultural inovadora e em sua relação com a cidade.

Uma política inovadora

Ao falarmos do FUMPROARTE como uma importante política cultural implantada há 16 anos em Porto Alegre, ocupando um espaço significativo na área, é importante reportarmo-nos a algumas definições que contribuem para seu entendimento. Na Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento, organizada pela UNESCO, em 1998, foi lançado um Plano de Ação com alguns objetivos, os quais atuariam como eixos para formulação e execução de políticas culturais: convertê-las em um componente chave na estratégia de desenvolvimento; promover

¹⁷ A primeira análise formal do projeto cabe ao Comitê Assessor, que verifica se o proponente cumpriu as exigências do edital quanto à documentação e anexos.

a criatividade e a participação na vida cultural; reestruturar as políticas e práticas a fim de conservar e acentuar a importância do patrimônio tangível e intangível, móvel e imóvel, e impulsionar indústrias culturais; promover a diversidade cultural e lingüística dentro de e para sociedade de informação, e brindar com mais recursos humanos e financeiros o desenvolvimento cultural.

Já Teixeira Coelho diz em seu Dicionário Crítico de Política Cultural¹⁸, que ela seria o conjunto de intervenções dos poderes públicos sobre as atividades artístico-intelectuais ou simbólicas de uma sociedade, para além da política de educação ou de ensino formal. Abrangeria, assim, tanto os instrumentos jurídicos de tributos, de incentivo e proteção a bens e atividades, quanto, de maneira concreta, a ação cultural do Estado, por meio de organismos, de princípios, regras e métodos de atuação; do gerenciamento ou apoio a instituições, grupos, programas ou projetos; da manutenção ou difusão de obras e processos; da preservação e uso de bens patrimoniais. Desta forma, o eixo de uma política cultural seria direcionado para qualidade de vida da população, voltada a todos os segmentos sociais.

Victor Vich¹⁹ fala que políticas culturais estão inseridas no sistema econômico-social das cidades, e torna-se primordial que busquemos rastrear e cartografar a produção e circulação das múltiplas interfaces sociais, identificando os hábitos de consumo cultural. Fala, ainda, que *“devemos insistir na necessidade de deixar de entender a cultura como uma ‘representação’, mas passar a experimentá-la como uma prática cotidiana associada a uma visão de ‘desenvolvimento’ (...) Ela (cultura) se refere à maneira como temos codificado nossos vínculos com os ‘outros’ (econômicos, políticos, simbólicos) e como tal processo se fundamenta na construção de nossas interações cotidianas”*.

Podemos dizer que, além das conceituações já referidas, a proposta em que se insere o FUMPROARTE encontra-se notadamente traduzida em García Canclini: *“(política cultural) é o conjunto de*

¹⁸ Coelho, J.T. Dicionário Crítico de Política Cultural. FAPESP. Ed. Iluminuras. 2ª ed. 1999. São Paulo.

¹⁹ Cortés, Guillermo y Vich, Victor. Políticas culturales. Ensayos críticos. Instituto Nacional de Cultura del Perú, agosto 2006. Encuadernación: Rústica.

intervenções realizadas pelo Estado, as instituições civis e os grupos comunitários organizados a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou transformação social". Canclini assinala que políticas culturais podem e devem se converter em instrumentos de integração entre diferentes, na luta contra a desigualdade socioeconômica, e o Estado, como partícipe direto na construção dessas políticas, deverá garantir que indivíduos e/ou grupos sociais expressem-se em igualdade de oportunidades; diz, ainda, que uma política cultural democrática leva em conta a diversidade de demandas e necessidades da população, e não apenas deverá estar direcionada ao acesso indiscriminado da maioria ao bem cultural e, de um modo mais contemporâneo, propõe o desenvolvimento de políticas no contexto da produção midiática além das artes populares e seculares, por sua intervenção direta nas identidades culturais locais, nacionais e transnacionais.

Complementando a definição para política cultural de Canclini:

“O Estado não pode ser um domesticador de memórias locais, um pontífice do que deve fazer e sentir a população, encobrendo as relações de poder que atravessam a apropriação da cultura (...) o Estado deverá produzir uma política cultural onde ele não se converta em um árbitro do gosto nem em um mero liberalizador do mercado”.

Com estas breves colocações sobre política cultural, podemos pensar o que o FUMPROARTE representa para Porto Alegre.

O FUMPROARTE e sua relação com a cidade

“Cidades felizes ou infelizes: não faz sentido dividir as cidades nessas duas categorias, mas em outras duas: aquelas que continuam ao longo dos anos a dar forma aos desejos, e aquelas onde os desejos conseguem cancelar a cidade ou são por esta cancelados.” Ítalo Calvino²⁰

²⁰ Calvino, I. *As Cidades Invisíveis*, p. 36

As cidades modernas, que cresceram sob tradicionais formas de estruturação e de planejamento, já não encontram, hoje, o suporte teórico para recriar seu visual contemporâneo. Novos conceitos e novos teóricos são agregados para dar conta desse turbilhão capitalista que é a “urbis”: trata-se de um grande transitar de informações e vivências que questionam o formalismo, o estático, o perpétuo.

Jorge Jauregui²¹ diz que *“quem habita a cidade se habitua aos signos através dos quais circula e deambula.(...) O olhar que descobre a cada instante a cidade, a funda de novo. O habitante não é um contemplador do seu constante devir, pois habitar uma cidade implica em ser chamado a decifrar, aprender a ler, sendo convocado a colocar parte de seu desejo”*.

No imbricamento da cidade, a arte passa a ser um conteúdo da visão e do intelecto, utilizando múltiplos materiais, e configurada em espaços não institucionalizados. Inserida na hibridação urbana, a arte cria o espaço, o processo, o meio da permissividade interativa com o público, formando novos links. Estas novas singularizações artístico-contemporâneas proporcionam o desenvolvimento do prazer e também do conflito, propondo mais problemas e não as soluções, sendo provocativa e recusando a contemplação passiva. Assim, a cidade tenciona-se entre realidade “objetiva” e realidade “discursiva”, nos diz Jauregui²², sendo primeiramente produto cultural, mas também produtora de cultura.

Neste contexto pós-moderno, podemos dizer que o FUMPROARTE vem provocando, ao longo dos anos, o encontro e a tensão entre a capacidade realizadora e criadora e a cidade, dando conta das vivências entre a arte e seus habitantes. Designa-se, então, como um potencial intermediador entre artistas, cidadãos, espaços, tratando-se de um dos poucos mecanismos que permite a fruição da arte emergente, fazendo da cidade palco de seus novos artistas, amadores ou não, tornando-a mais acessível a mais e mais cidadãos. Ele possibilita que este artista deixe aflorar suas subversões, e esta magnífica produção é tangível ao porto-alegrense através do Fundo.

²¹ Jauregui, J. Ética-Estética-Política. In: http://www.jauregui.arq.br/etica_estetica.html. s/a.

²² Jauregui, J. Ética-Estética-Política. In: http://www.jauregui.arq.br/etica_estetica.html. s/a.

Os processos de escolha e a implementação dos projetos

Considerando a Comissão de Avaliação e Seleção, onde os projetos são analisados em seu mérito por um relator indicado (da área do projeto) e dois sorteados, que nem sempre tem formação em tal área, pode causar estranheza ao proponente que um músico, por exemplo, relate um projeto na área do teatro. Mas lembramos que dois terços dos relatores são eleitos anualmente por um colégio de entidades, formando uma comissão multidisciplinar, e este é um dos princípios mais inovadores do Fundo. Diz Alvaro Santi que:

“É interessante observar que a composição da Comissão não estabelece a representação por segmento artístico, a exemplo do que estabelece a legislação sobre a maioria dos colegiados deste tipo (...). Isto confere mais flexibilidade à composição, já que não há garantia de um mínimo de vagas para qualquer área, sendo necessária mobilização das entidades em busca dessas vagas, a cada nova eleição. Caso as entidades representativas de determinada área não se habilitem ou não compareçam à reunião anual do Colégio Eleitoral, ficarão de fora no mandato que se inicia. Por outro lado, determinado segmento que conte com número maior de entidades em determinado momento, pode ampliar seu poder de voto na comissão, prejudicando eventualmente um segmento que, mesmo bem organizado, reúne-se sob uma associação única”.²²

Para o entendimento das formas como a Comissão de Avaliação e Seleção – CAS – vem se construindo institucionalmente, é importante provocar uma breve discussão sobre alguns conceitos. Começemos, então, por estética e percepção artística.

Para artistas e não-artistas, podemos dizer que a experiência estética²⁴ é responsável pela construção de imagens ficcionais, gerando constantes descobertas, especialmente através de estí-

²³ SANTI, A. O FUMPROARTE e o financiamento à cultura no Brasil. Palestra proferida no Seminário MECENAS DA CULTURA realizado em 2006.

²⁴ ... a experiência estética solicita uma mudança na maneira pragmática de se perceber o mundo. Esta experiência (e também o trabalho científico ou filosófico) constitui-se, segundo o termo empregado por alguns autores, um “enclave” dentro da realidade cotidiana. A experiência do belo é uma espécie de parêntese aberto na linearidade do dia-a-dia. (Duarte Jr., 1991, p.33)

mulos externos que interagem com a experiência passada, produzindo assim, sensações amplificadas. Vamos formatando, pouco a pouco, a percepção artística conforme nossas vivências, nossas leituras, nossas contemplações, as quais nos dão consistência, numa ação transformadora que nos faz criar novos modos de apropriação do mundo. Na infância, família e escola são peças fundamentais para construção do gosto sociocultural e estético, através de um *arbitrio cultural*²⁵ que induz nosso gosto a modelos de senso artístico de vários formatos: textos de escritores tradicionais, da escuta de composições de autores clássicos, da frequência a espaços fechados como museus e galerias, ou na arte pública, constituída de esculturas, torres, portões, monumentos, enfim, elementos reprodutores da superioridade do “belartismo”, os quais passam a impregnar nosso imaginário, formando conceitos bastante tradicionais, como se somente tais produtos fossem as únicas verdades nas artes.

Tais conceitos, infelizmente, transitaram por regimes despóticos como o nazismo, por exemplo. Hitler, em um congresso do partido nazista (Nuremberg, 1993) emitiu sua opinião sobre a arte moderna pré I Guerra: considerava-a obra de loucos e degenerados, onde o artista, ao invés de concentrar-se em abstrações complicadas, deveria mostrar um mundo idílico e clássico. Assim, sendo, existia um grande abismo entre os expoentes máximos da arte de vanguarda daquela época e as ambições estéticas fomentadas pelo nazismo, fortemente embasadas no Clássico.

Por outro lado, a esquerda tradicional ainda pressupõe que a cultura é uma “frente de lutas”, classificando a classe trabalhadora como porta-voz da verdade revolucionária, num reducionismo tanto economicista como politicista (Richard, 2002)²⁶. Nem um, nem outro: sem dispensar a importância uma obra de arte clássica traz para aquisição do conhecimento ou para criação de maior bagagem conceitual, importa ressaltar, neste momento que é primor-

²⁵ Expressão cunhada por Pierre Bourdieu. Diz ele: “A cultura que a escola ensina é apresentada como universal e neutra, dissimulando o fato de ser um conjunto de obras tendencialmente homogêneas, produto de uma operação de seleção, reorganização e institucionalização de manifestações e conteúdos culturais diversos, plurais e contraditórios realizados pelos grupos e frações de classes sociais com poder simbólico e cultural” (1987 - p. 177).

²⁶ Richard, Nelly. *Intervenções críticas: arte, cultura, gênero e política*. Belo Horizonte. Ed. UFMG. 2002

dial repensar a tradição, sob a ótica de novos recortes teórico-metodológicos atuais, contextualizando o fazer artístico à luz das mudanças tecnológicas que interferem diretamente em nosso cotidiano. De acordo com Brunner²⁷, seria projetar cultura como um espaço concebido para *“mediações, de luta em torno dos sentidos, da constituição de identidades, da circulação de conhecimentos, de modelagem das percepções, enfim, da construção social da realidade”*.

Paralelo à criação de novos conceitos, outras linguagens artísticas vão se construindo, especialmente se constataremos os vertiginosos caminhos em que as mudanças acontecem, através do mundo midiático, em constante ebulição. Jean-François Lyotard²⁸ nos diz que vivemos num momento de rejeição das grandes narrativas, das filosofias metafísicas e de qualquer outra forma de pensamento totalizante. Vive-se o aqui, mas pode-se viver o agora à distância. Assim, a arte contemporânea não é definida como de uma forma ou de outra, mas entre diferentes formas, em constante trânsito entre o aqui e o ali, num fluxo de mutações muito rápidas. Se pensarmos a arte como possível comunicação da experiência humana, podemos afirmar que ela é subjetiva, e sua análise também é subjetiva, pois se realiza por outro olhar humano: ambas são emocionais, além de intelectuais. O artista produz sua arte impregnado e impregnando-a de seus dilemas existenciais, e o que se produz no receptor de sua arte é a diversidade: cada um percebe o trabalho sob suas credenciais subjetivas, e eis aqui a complexidade de uma avaliação.

Assim, quando nos tornamos julgadores de processos artísticos, podemos entender os processos da arte e, ao vivenciar qualquer forma de expressão artística, ela precisa ser lida, vista, admirada em qualquer tempo, ou seja, desconectada do momento e do espaço em que ela se coloca. Talvez seja este o maior equívoco que se possa cometer ao analisar um projeto cultural: fechá-lo em sua significação, olhá-lo apenas como arte pela arte, aportando-lhe um caráter atemporal e desconectado do contexto sócio-cultural em que ele está posto.

²⁷ Brunner, J.J.; Barrios, A.; Catalán C. Chile: transformaciones culturales y modernidad. Santiago. Flacso, 1989. p. 395.

²⁸ LYOTARD, Jean-François. 1993. 4ª ed. O Pós-Moderno. Rio de Janeiro: ed. José Olympio. P.44

Icleia Borsa Cattani²⁹ diz que:

“Todos os que trabalham com arte sabem que ela não é lazer e entretenimento para quem a faz, e que a obra que a resulta não é mero objeto decorativo (para combinar com o sofá) nem ilustrativo (para acompanhar um texto) (...). A investigação e o método são instrumentos auxiliares do processo artístico em todas as suas etapas, do processo de elaboração pelo artista à análise do teórico, do crítico, do historiador. (...) o pesquisador em artes plásticas, ligado em geral a instituições de ensino e pesquisa, tem um compromisso com a produção do saber e o efeito multiplicador de suas reflexões”. (p. 40)

Num mundo onde o processo de criação é extremamente rico e ágil, um analisador deve fazer suas avaliações com formatos mais flexíveis e conexas com seu tempo, buscando superar uma visão monocromática e, pouco a pouco, buscar uma ruptura de consensos, levando à invenção de novas leituras. Assim, seria praticamente impossível avaliar um processo artístico, seja lá onde seu autor pretende chegar – um livro, uma escultura, uma instalação – somente em sua derradeira fase: não se trata de exigir currículos ou parcerias do proponente com nomes do meio artístico, mas também analisar como se ele expressa ao justificar sua proposta e, especialmente, captar como se sente envolvido no processo criativo. E é, sem dúvida alguma, uma imensa responsabilidade avaliar tal processo do outro, pois se trata, certamente, de sua produção de vida.

Particularmente, procurava ver se o produto artístico tinha potencial para criar reflexão; se possuía uma função simbólica de intervenção, e se poderiam produzir conexões com a cidade a partir de sua colocação no mercado artístico. E este é, também, o maior aprendizado que obtemos ao participar da CAS/FUMPROARTE: passamos a conviver com tantos meandros da arte que, certamente, após um período analisando projetos, a tendência é que passamos a ver a arte que está circulando na cidade com outro olhar.

É importante salientar que, ao longo dos anos, muitas críticas foram e são feitas pela comunidade artística com relação à qualidade de pareceres e, muitas vezes, do comportamento ético

²⁹ Brites, B. Tessler, E. O Meio como Ponto Zero – Metodologia da Pesquisa em Artes Plásticas. Ed. da UFRGS. 2002.

de alguns membros da Comissão. Neste sentido, visando qualificar e tornar mais transparentes os processos institucionais do FUMPROARTE, sua Gerência solicitou pesquisa à Assessoria de Pesquisa/SMC quando dos 10 anos do Fundo, em 2002³⁰. A idéia central era aprofundar a discussão sobre seu desenvolvimento no período, buscando obter subsídios para reavaliação e aperfeiçoamento do FUMPROARTE, tendo como um dos principais objetivos averiguar a relação estabelecida entre a comunidade cultural e o órgão público, bem como apreender as diferentes visões dos artistas sobre o Fundo. Alguns resultados da pesquisa mostraram muitas críticas ao funcionamento e composição da CAS, especialmente em função da forma como o Fundo está constituído (comissão multidisciplinar, excessiva subjetividade para construção dos pareceres) e da falta de qualificação das pessoas que a compõem, que seriam problemas não só da comunidade cultural, mas também da Secretaria Municipal da Cultura. Outro aspecto importante levantado nos grupos diz respeito à burocracia, tanto no preenchimento do formulário quanto na prestação de contas após o projeto obter aprovação³¹. Passados mais de seis anos da pesquisa citada, a prática cotidiana através do contato direto com proponentes mostra que as críticas ainda persistem. No entanto, salientamos que as eleições anuais para escolha da composição da CAS continuam sendo realizadas por esta mesma comunidade cultural, através de suas instituições representativas, sendo que a SMC não possui ingerência sobre tal processo, e mudanças significativas só poderiam advir da mobilização dos artistas da cidade na busca da implementação de um novo modelo de Comissão de Avaliação e Seleção.

Com relação à estrutura de trabalho na SMC que sustenta o FUMPROARTE, podemos dizer que ela se mantém a mesma ao longo dos anos, ou seja, não acompanhou o crescimento significativo de projetos que, a cada edital, são recebidos pelo setor. Se pensarmos em suas necessidades reais, ali deveria trabalhar pelo menos quatro funcionários, além de quatro estagiários: hoje, conta com um servidor (Gerente) e dois estagiários. O espaço físico que se

³⁰ FUMPROARTE - A Visão da Comunidade Cultural de Porto Alegre - Relatório de Pesquisa – ASSESPE. 2002.

³¹ Entendo que, em se tratando de dinheiro público, tal procedimento é o mais correto, especialmente se pensarmos no Brasil contemporâneo, com tantos escândalos financeiros nas esferas públicas: suavizar critérios seria levantar dúvidas na aplicação dos valores recebidos.

resume a uma sala e um depósito, precisaria, no mínimo, duplicar. Além disso, apenas dois antigos computadores estão disponíveis para um volume de trabalho de grandes proporções – 2 editais ao ano, análise de projetos em andamento, e-mails diários a serem respondidos, etc. Apenas a boa vontade das pessoas que ali trabalham tem mantido em pé o FUMPROARTE: uma reavaliação geral, sem dúvida alguma, é urgente, sob pena de paralisação administrativa, por absoluta falta de estrutura funcional.

Finalizando...

Há uma citação da bailarina Vera Mantero no livro “A Vertigem por um Fio” de Peter Pál Pelbart³² a respeito de cultura, que entendo exprimir soberbamente o papel da arte:

O espírito pode entreter-se com coisas ricas ou pode entreter-se com coisas pobres. O espírito é uma coisa muito ávida de ocupação, precisa se ocupar constantemente. O espírito deve ser o único pedaço de nós que ficou criança e que precisa estar sempre entretido com qualquer coisa. Se dissermos a coisa assim, a palavra ‘entretenimento’ torna-se muito menos pecaminosa (...) necessitamos das artes para não morrermos. As artes falam conosco, as artes dizem-nos coisas, não se calam. Não se calam, não nos deixam em silêncio em que se morre de tédio.”

Assim, o FUMPROARTE tem contribuído para uma ruptura de consensos do campo das artes, produzindo a eclosão de novos produtos artísticos na cidade que, a cada novo edital, passam a fazer parte da bela produção cultural emergente da cidade. A cultura em Porto Alegre não foi mais a mesma desde a implementação do Fundo. ■

³² PELBART, Peter Pál. A Vertigem por um Fio – Políticas de uma Subjetividade Contemporânea. São Paulo: Iluminuras, 2000.

Referências

- BOURDIEU, P. “Reprodução cultural e reprodução social”, in MICELI (org.): A economia das trocas simbólicas. São Paulo, Perspectivas. 1987. pp. 295-336
- Brites, B. Tessler, E. O Meio como Ponto Zero – Metodologia da Pesquisa em Artes Plásticas. Ed. da UFRGS. 2002.
- BRUNNER, J.J.; Barrios, A.; Catalán C. Chile: transformaciones culturales y modernidad. Santiago. Flacso, 1989.
- CALVINO, I. As Cidades Invisíveis, Companhia das Letras. São Paulo. 1990.
- COELHO, J.T. DICIONÁRIO CRÍTICO DE POLÍTICA CULTURAL. FAPESP. ED. ILUMINURAS. 2ª ED. SÃO PAULO. 1999.
- CORTÉS, Guillermo y Vich, Victor. Políticas culturales. Ensayos críticos. Instituto Nacional de Cultura del Perú, agosto 2006. Encuadernación: Rústica.
- DUARTE Jr., João-Francisco. Por que arte-educação?. 8a ed. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- LYOTARD, Jean-François. O Pós-Moderno. Rio de Janeiro: ed. José Olympio. 4ª ed. 1993.
- PELBART, P. P. A Vertigem por um Fio – Políticas de uma Subjetividade Contemporânea. São Paulo: Iluminuras, 2000.
- RICHARD, Nelly. Intervenções críticas: arte, cultura, gênero e política. Belo Horizonte. Ed. UFMG. 2002
- SANTI, A. O FUMPROARTE e o financiamento à cultura no Brasil. Palestra proferida no Seminário MECENAS DA CULTURA realizado em 2006.
- SOUZA, E. “Por uma cultura da Utopia”. In: C. Boettcher, Unicultura. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002. pp.36-45

Na Internet:

JAUREGUI, J. Ética-Estética-Política.

In: http://www.jauregui.arq.br/etica_estetica.html. s/a. Acesso em 07/2002.

O Fumproarte na Voz do Artista: Impressões da comunidade artístico- cultural porto-alegrense acerca do FUMPROARTE

Gustavo Coelho

Mestre em História/UFRGS.

Imagino o artista num anfiteatro
onde o tempo é a grande estrela.
Vejo o tempo obrar a sua arte
tendo o mesmo artista ao seu feitio.
Chico Buarque

Pensar na inserção sócio-econômica do Fumproarte em Porto Alegre é pensar também no seu significado para os interessados mais imediatos: os artistas. Nesse sentido, a presente pesquisa tem por objetivo sondar as impressões de alguns membros da comunidade artístico-cultural de Porto Alegre. Neste breve texto, apresentaremos e comentaremos o resultado de entrevistas realizadas com quinze profissionais que, em algum momento de suas carreiras, participaram do Fumproarte, tendo projetos financiados em áreas diversas³³.

³³ As entrevistas foram realizadas na forma de questionários enviados e respondidos por meio digital. Ao final deste texto, está anexo o modelo de questionário enviado a cada entrevistado. Os questionários preenchidos encontram-se disponíveis à consulta na sede do Fumproarte.

É importante que se diga que, com uma amostragem dessa dimensão, qualquer consideração assume um caráter predominantemente ilustrativo. De modo que este é o objetivo deste capítulo: mostrar algumas possibilidades e percepções acerca da experiência do Fumproarte na capital gaúcha, ao longo destes 15 anos.

O Perfil da Amostragem

Antes de passarmos ao que foi dito pelos entrevistados, é importante que façamos breves comentários quanto ao perfil da amostragem. Afinal, por mais modesto que seja o tamanho desta amostragem, ela não deixa de ser relativamente representativa do universo dos proponentes contemplados do Fumproarte.

Dos quinze entrevistados, onze apresentam ensino superior completo e dois, incompleto. Dos dois restantes, um terminou o ensino médio e o outro não informou sua escolaridade. Com a exceção de um entrevistado, a formação dos que possuem ensino superior apresenta alguma relação com a área artístico-cultural, seja uma relação direta, no caso de cursos voltados ao “pensar” e ao “fazer” artístico (como música, artes cênicas e especializações em áreas como Projetos Sociais e Culturais), seja indireta, como no caso de áreas afins, que estabelecem algum tipo de reflexão que se relacione ao meio artístico-cultural (como os cursos de arquitetura e Publicidade e Propaganda).

Do total dos entrevistados, dez realizam atualmente trabalhos fora da área artístico-cultural, fato que chama a atenção para a importância do Fumproarte como fonte de recursos para um “público alvo” que enfrenta grandes dificuldades de se manter exclusivamente com o trabalho artístico. Ainda nesse sentido, é interessante considerar um outro dado: o número de entrevistados que já pensou, em algum momento de sua vida profissional, em largar o trabalho no meio artístico. Embora a quantidade tenha sido pequena, cinco entre os quinze entrevistados, podemos pensar a importância do Fumproarte para a perseverança dos artistas no meio. Além disso, Rodrigo John, um dos dez entrevistados que negaram a intenção de abandonar a carreira

artística chegou a afirmar que, no momento em que estava prestes a realizar um concurso público para a carreira bancária, teve o projeto contemplado pelo Fundo, o que significou, em suas próprias palavras, uma tomada de “fôlego para seguir teimando mais um pouco em fazer os trabalhos que realmente queria fazer”.

Teimosia. Essa palavra parece expressar um sentimento geral que perpassou, se não todas, a maioria das quinze entrevistas cedidas. A fala dos artistas parece indicar um grupo que se debate cotidianamente com empecilhos ao seu trabalho, sobretudo empecilhos de ordem econômica. É o caso de Robson Lima Duarte, ao afirmar que

“A possibilidade de realizar um projeto artístico, tendo um suporte financeiro que te garanta 80% do orçamento é bastante animador, e dá força para continuar acreditando. Foi assim com o meu primeiro trabalho como proponente, poder contratar bons profissionais e garantir uma boa atmosfera para a criação.”

Falta de incentivos, impossibilidade de manter um bom nível de vida com a renda proveniente de trabalhos na área são constantes no discurso dos entrevistados. Lembremos que, se foram poucos os que pensaram em abandonar o ramo, foi significativa a quantia – nos termos da amostragem – dos que afirmaram exercer trabalhos em outras áreas. Para isso, também contribui a própria escolaridade dos entrevistados, na medida em que dos onze graduados, dez realizaram cursos (de graduação ou pós-graduação) que permitem uma inserção em trabalhos fora do ramo artístico, mesmo nos casos de cursos que dialogam direta ou indiretamente com a área artístico-cultural.

Com essa rápida análise do perfil dos entrevistados, é possível fazer uma relevante consideração: se, por um lado, a exigência técnica da seleção do Fundo contribui para uma certa “elitização cultural” dos contemplados, por outro lado, o processo desenvolvido pelo Fumproarte contribui para o aprimoramento – e podemos dizer, profissionalização – da comunidade artístico-cultural de Porto Alegre, e o fato de o processo estar acessível a todos interessados estende esse estímulo à profissionalização, inclusive, para os que não são contemplados.

A Visão dos Entrevistados

Quanto às considerações feitas pelos entrevistados a respeito do Fumproarte, alguns pontos merecem ser comentados. Nesse sentido, é interessante lembrar que um estudo sobre a visão da comunidade artístico-cultural de Porto Alegre sobre o Fundo já foi realizado³⁴. Tal estudo teve como amostragem aproximadamente 40 pessoas, divididas nos seguintes grupos: 1) proponentes que foram desclassificados na primeira fase de análises da Comissão de Avaliação e Seleção (CAS), em função de problemas burocráticos na apresentação do projeto; 2) proponentes que tiveram seu projeto avaliado pela CAS, mas não receberam financiamento; 3) proponentes que foram aprovados e financiados; 4) ex-membros da CAS e 5) artistas com a trajetória consolidada e com visibilidade no cenário artístico-cultural porto-alegrense.

Reunidos nos respectivos grupos, os artistas discutiram livremente acerca do funcionamento e das características do Fumproarte. A partir da gravação dessas discussões, uma série de pontos foi levantada, entre críticas, propostas e constatações. Passados sete anos desde a realização deste trabalho, parece-nos significativa a persistência de alguns elementos nas falas dos membros da comunidade artístico-cultural porto-alegrense. Não é, contudo, de nosso interesse julgar as declarações contidas na pesquisa anterior ou mesmo na que agora trazemos a público. O que pretendemos aqui é realizar uma breve comparação a fim de identificarmos a persistência de algumas opiniões no meio artístico. Certamente, o perfil e a indução um tanto mais rígida da presente pesquisa (pois, diferentemente do trabalho anterior, neste foi utilizado um questionário dirigido a proponentes que foram contemplados) produziram resultados diferenciados.

No que diz respeito às críticas, se compararmos ambas pesquisas, a composição e atuação da Comissão de Avaliação e Seleção (CAS) segue sendo alvo de objeções. Em dois questionários, o nível de especialização dos membros da CAS foi apontado como deficiente. Segundo estes dois entrevistados, embora suas considerações não tenham sido aprofundadas, os membros da CAS

³⁴ D'ÁVILA, Fátima. FUMPROARTE – A Visão da Comunidade Cultural de Porto Alegre. Porto Alegre; ASSESPE/ SMC/PMPA, 2001. Relatório de Pesquisa.

não teriam conhecimento das diversas áreas artísticas, o que dificultaria avaliações mais qualificadas. Nas palavras de Cláudio Levitan:

“Algumas vezes, os pareceristas, não tendo conhecimento suficiente do assunto pertinente ao projeto em análise, se manifestam, sem a devida modéstia, com ignorância e sem propriedade, baixando o nível de confiança no sistema.”

Tal colocação tem sua validade na medida em que cada área do “fazer” artístico tem suas especificidades, o que muitas vezes se reflete nos custos de produção das obras. No entanto, o processo de formação da CAS, com votação aberta e predominância da comunidade artístico-cultural, faz com que esta característica seja uma espécie de “efeito colateral” decorrente do caráter democrático do processo, afinal, a CAS é composta a partir da própria comunidade artística.

Por outro lado, um ponto que foi fruto de muitas críticas no passado teve um certo reconhecimento na amostragem da presente pesquisa: trata-se das exigências burocráticas. Certamente, o fato de a consulta ter sido realizada com proponentes que foram efetivamente contemplados influencia nisso³⁵. No entanto, se levarmos em consideração as palavras dos entrevistados, veremos que isso não anula a validade de suas opiniões, uma vez que, a partir do Fumproarte, seus trabalhos alcançaram uma projeção maior, o que ocorreu em parte em função das exigências do processo de seleção. Nesse sentido, temos depoimentos como o do artista plástico Rogério Pessôa, para quem o Fumproarte ajuda o artista a “montar de forma profissional um projeto que esteja atendendo a uma comissão com rígidos critérios estéticos e de objetivo”. Também a música Marisa Rotenberg afirma que, com a experiência no Fumproarte, aprendeu a “elaborar projetos de qualidade e a administrá-los com diligência e arte”. O músico Julio Herrlein defende esta linha de argumentação ao afirmar que os “artistas que aprendem a gerenciar seus projetos têm maior chance de êxito”, sendo o Fumproarte uma oportunidade para iniciantes e profissionais alcançarem este aprendizado³⁶.

³⁵ Dentre as entrevistas utilizadas na pesquisa, apenas uma conteve críticas à burocracia do processo. Mesmo assim, as críticas se dirigiam à fase da prestação de contas.

³⁶ Em todas as citações, os grifos nas falas dos entrevistados são nossos.

É importante levar em consideração, que a burocracia pode ser vista, também, como um fator de idoneidade. Entre os entrevistados, a transparência do processo de seleção foi apontada em cinco casos. Para esse caráter democrático e transparente, além da composição e atuação da CAS (predominância de membros da comunidade artístico-cultural em detrimento de funcionários municipais e realização de reuniões abertas com pareceres públicos) as exigências burocráticas têm sua contribuição, na medida em que se estendem a todos os proponentes exigindo uma organização minimamente padronizada.

De qualquer maneira, o fator “burocracia” pode ser visto por dois lados: como um empecilho ou como um elemento positivo. Nesse segundo caso, sete entrevistados viram nas exigências burocráticas do Fumproarte um incentivo à profissionalização da comunidade artístico-cultural de Porto Alegre, fato que já vimos presentes nas declarações citadas acima.

Outro ponto recorrente na fala dos entrevistados foi o já citado caráter democrático e transparente do Fumproarte. Esta característica, além de proporcionar ao Fundo um viés de inclusão social, tem sua importância reconhecida nacionalmente, através da classificação em importantes premiações como Gestão Pública e Cidadania (2005) e Cultura Viva (2006 e 2007). Além disso, o Fumproarte já serviu como modelo para iniciativas semelhantes em outros lugares do país como o município gaúcho de Esteio e o estado do Rio de Janeiro, além de ter representantes freqüentemente convidados a transmitir sua experiência a outros governos locais e entidades como a UNESCO³⁷.

O fato de ser um investimento “a fundo perdido” que prioriza o caráter técnico dos projetos faz do Fundo uma espécie de caminho alternativo ao mercado. Ao não priorizar projetos a partir de critérios como “sucesso entre o público”, o Fumproarte abre oportunidades em relação ao mercado e dentro dele. Em outras palavras, proponentes que dificilmente seriam apoiados pela iniciativa privada podem ser contemplados a partir da qualidade técnica de suas propostas e, a

³⁷ SANTI, Álvaro. Fumproarte – release internacional.

partir da realização do projeto através do Fundo, podem fortalecer ou, para usarmos as palavras de Julio Herrlein, “cristalizar” sua carreira artística. Estes pontos foram levantados, implícita ou explicitamente, em oito questionários. Aqui, talvez as palavras de Adriana Marques, uma das entrevistadas, sejam bem representativas:

“Agora [poder] concretizar um trabalho, torná-lo viável, transformá-lo num produto real é algo ainda muito difícil para a maioria dos artistas e somente com apoio, incentivo e financiamento a maioria de nós é capaz de fazê-lo. O Fumproarte foi, com certeza, um dos projetos pioneiros no Brasil de incentivo à produção artístico-cultural regional. E foi além, pois foi pioneiro e totalmente bem sucedido, marcando definitivamente a história da cidade de Porto Alegre como uma das capitais brasileiras de mais intensa e qualificada produção nas artes em geral. Se muitos de nós [somos], hoje, artistas reconhecidos aqui e fora do [Rio Grande do Sul], com certeza há a participação do Fumproarte por trás disso, pois ele possibilitou a criação, a finalização de um produto [e] circulação dos trabalhos de todos/todas nós que é de infinitas possibilidades.”³⁸

Inserção no mercado artístico-cultural, democratização da gestão e incentivo à profissionalização parecem, portanto, marcas do Fumproarte que são relativamente reconhecidas por parte da comunidade artística de Porto Alegre. A periodicidade e a exigência dos editais podem ser vistas também como um estímulo à qualificação profissional dos artistas, que, a partir de um processo de seleção como o do Fundo, aprimoram projetos para a concorrência em outros editais de financiamento. Além disso, a “abertura de portas” proporcionada pela montagem de uma obra também é lembrada pelos entrevistados: a partir da oportunidade proporcionada pelo Fundo, o artista tem um produto que é visível para os demais membros da comunidade artístico-cultural, o que lhe rende, muitas, vezes, a participação em eventos e mesmo parcerias inesperadas, além do reconhecimento de ter passado por um processo com um determinado grau de exigência.

³⁸ Grifos nossos.

Passados quinze anos desde a sua criação, o Fumproarte, a despeito de seus problemas e dificuldades, segue sendo uma importante conquista. Assim, em tempos em que mecanismos de gestão democrática e propostas de valorização da produção cultural são constantemente ameaçados, tão importante quanto apontar as imperfeições do Fumproarte é enfatizar seus pontos positivos. Não se trata tecer elogios em uma apologia vazia, mas sim de ressaltar a importância de um conquista que deve seguir sendo aprimorada. ■

Anexo – Formulário de Entrevista

Pesquisa FUMPROARTE

Nome: _____

Idade: _____ Local de Nascimento: _____

Formação: _____

De quantos editais participou: _____ Em quantos foi contemplado: _____

Vida profissional antes do FUMPROARTE:

Trabalhos fora da área artístico/cultural: () Sim () Não

Quais (opcional):

Alguma vez pensou em desistir da área artístico/cultural?

() Sim () Não

Por quê? _____

Vida profissional durante o FUMPROARTE:

Como foi a experiência? (relato) _____

Vida profissional após FUMPROARTE:

Continua trabalhando na área artístico/cultural?

() Sim () Não

A experiência com o FUMPROARTE proporcionou alguma mudança na sua vida profissional?

() Sim () Não

Que tipo de mudança? Por quê? _____

Impressões gerais sobre o FUMPROARTE:

O FUMPROARTE contribuiu para a comunidade artístico/cultural de Porto Alegre como um todo?

() Sim () Não

Por quê? _____

Fumproarte em dados 1994 – 2008

Os dados que seguem referem-se ao período dos 15 anos iniciais de operação do FUMPROARTE, entre 1994 e 2008.

Aqueles referentes ao período 2004-2008 foram coletados diretamente dos bancos de dados em que são cadastrados atualmente os projetos inscritos nos dois concursos anuais do FUMPROARTE.

Os dados anteriores a 2004 foram coletados da documentação impressa arquivada e arquivos digitais (quando disponíveis) no setor.

No que diz respeito à classificação dos projetos em áreas, algumas simplificações foram necessárias. Projetos que abrangem duas áreas tiveram seus resultados (quantidade de projetos e valores aprovados) divididos igualmente entre ambas. Projetos que se inserem em mais de duas áreas foram classificados como “multidisciplinares”. Projetos de circo, bastante raros nos primeiros 10 anos, mas que tem aumentando recentemente, foram classificados nesta última área. Projetos da área de folclore (também raros) foram enquadrados em “humanidades”, junto com quaisquer pesquisas ou publicações nas áreas de ciências sociais, filosofia, história, psicologia, etc, aparecendo como “literatura” somente obras estritamente literárias (conto, romance, novela, poesia e crônica).

A leitura dos números relativos a valores financiados deve levar em conta que o FUMPROARTE financia no máximo 80% do valor total dos projetos, sendo o restante aportado pelo proponente ou demais apoiadores do projeto, em proporções variáveis a partir de 20%.

Não foram computados os números do Concurso 3/2008, único edital no período voltado exclusivamente para concessão de bolsas de criação, estudo e pesquisa, em que foram aprovados 10 projetos, sendo cada um no valor máximo de R\$ 15.000,00, financiados com recursos do orçamento de 2009, portanto fora do período em foco nesta publicação.

1. Evolução do Orçamento

| Orçamento | | | | | |
|-----------|------------------|-------------------|----------------------|----------------|-----------------|
| ANO | FUMPROARTE | SMC LÍQUIDO | PMPA | FUMPROARTE/SMC | FUMPROARTE/PMPA |
| 1994 | – | – | – | – | – |
| 1995 | R\$ 505.600,00 | R\$ 4.737.440,00 | R\$ 275.177.805,00 | 10,7% | 0,184% |
| 1996 | R\$ 768.000,00 | R\$ 7.491.000,00 | R\$ 360.093.156,00 | 10,3% | 0,213% |
| 1997 | R\$ 755.000,00 | R\$ 9.183.048,47 | R\$ 729.218.737,00 | 8,2% | 0,104% |
| 1998 | R\$ 844.984,00 | R\$ 9.753.276,00 | R\$ 826.197.165,00 | 8,7% | 0,102% |
| 1999 | R\$ 830.000,00 | R\$ 10.396.248,00 | R\$ 891.633.800,00 | 8,0% | 0,093% |
| 2000 | R\$ 830.000,00 | R\$ 10.464.969,00 | R\$ 906.760.000,00 | 7,9% | 0,092% |
| 2001 | R\$ 1.010.000,00 | R\$ 12.416.524,00 | R\$ 1.100.844.404,00 | 8,1% | 0,092% |
| 2002 | R\$ 1.100.000,00 | R\$ 13.466.290,33 | R\$ 1.257.666.918,17 | 8,2% | 0,087% |
| 2003 | R\$ 1.190.000,00 | R\$ 12.155.531,79 | R\$ 1.266.532.679,65 | 9,8% | 0,094% |
| 2004 | R\$ 1.340.000,00 | R\$ 28.072.861,49 | R\$ 2.118.411.137,86 | 4,8% | 0,063% |
| 2005 | R\$ 1.640.000,00 | R\$ 21.874.179,14 | R\$ 2.185.593.267,11 | 7,5% | 0,075% |
| 2006 | R\$ 1.473.640,00 | R\$ 26.148.483,00 | R\$ 2.157.162.292,00 | 5,6% | 0,068% |
| 2007 | R\$ 2.426.554,00 | R\$ 41.914.328,00 | R\$ 2.375.348.604,00 | 5,8% | 0,102% |
| 2008 | R\$ 2.398.211,10 | R\$ 35.771.122,00 | R\$ 2.820.570.201,00 | 6,7% | 0,085% |

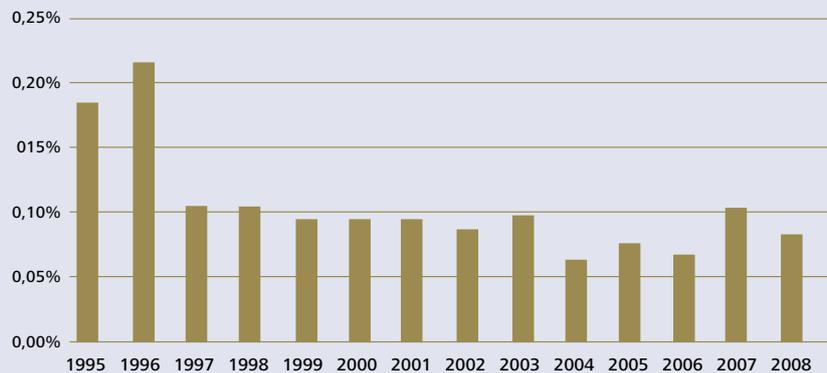
* A partir de 2004 a SMC absorveu a totalidade dos custos de pessoal administrativo, até então executados pela SMA.

** A partir de 2005, o orçamento do município vem sendo contingenciado em 20%.

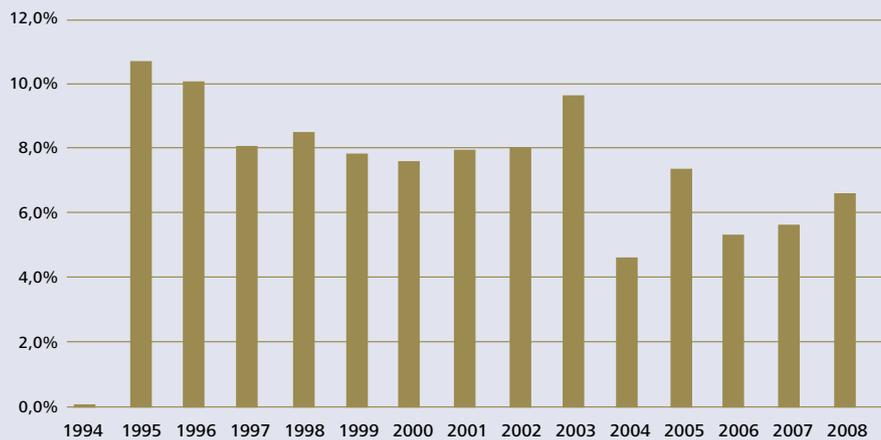
*** Em fins de 2008 foram anulados diversos empenhos no valor total de R\$ 323.294,90, recursos que foram novamente empenhados com recursos de 2009.

**** O orçamento de 1994 não foi considerado por ser em outra moeda.

% do FUMPROARTE X Orçamento da PMPA



% do FUMPROARTE X Orçamento da SMC



2. Projetos inscritos, habilitados, recomendados e aprovados

a) Por concurso

| Ano/Semestre | Projetos inscritos | Projetos habilitados | Projetos inabilitados | % projetos inabilitados | Projetos aprovados | % projetos aprovados /habilitados | Total de recursos contratados | Valor médio p/projeto (nominal) | IGP-M | Valor médio projeto corrigido IGP-M | Projetos recom. (Seleção Final) | % aprovados /recomendados |
|--------------|--------------------|----------------------|-----------------------|-------------------------|--------------------|-----------------------------------|-------------------------------|---------------------------------|---------|-------------------------------------|---------------------------------|---------------------------|
| 1994/1 | 42 | 20 | 22 | 52,4 | 14 | 70,0 | R\$ 153.021,63 | R\$ 10.930,12 | 100 | R\$ 44.985,63 | 14 | 100,0% |
| 1994/2 | 32 | 18 | 14 | 43,8 | 9 | 50,0 | R\$ 109.485,10 | R\$ 12.165,01 | 107,45 | R\$ 46.596,69 | 14 | 64,3% |
| 1995/1 | 71 | 41 | 30 | 42,3 | 12 | 29,3 | R\$ 284.697,04 | R\$ 23.724,75 | 116,984 | R\$ 83.468,81 | 25 | 48,0% |
| 1995/2 | 86 | 42 | 44 | 51,2 | 17 | 40,5 | R\$ 386.104,85 | R\$ 22.712,05 | 123,833 | R\$ 75.486,44 | 24 | 70,8% |
| 1996/1 | 138 | 55 | 83 | 60,1 | 18 | 32,7 | R\$ 261.061,30 | R\$ 14.503,41 | 131,445 | R\$ 45.412,45 | 30 | 60,0% |
| 1996/2 | 103 | 63 | 40 | 38,8 | 15 | 23,8 | R\$ 261.105,61 | R\$ 17.407,04 | 135,225 | R\$ 52.980,61 | 40 | 37,5% |
| 1997/1 | 155 | 79 | 76 | 49,0 | 21 | 26,6 | R\$ 329.271,19 | R\$ 15.679,58 | 142,09 | R\$ 45.417,15 | 42 | 50,0% |
| 1997/2 | 139 | 91 | 48 | 34,5 | 21 | 23,1 | R\$ 326.342,84 | R\$ 15.540,14 | 145,695 | R\$ 43.899,46 | 54 | 38,9% |
| 1998/1 | 178 | 107 | 71 | 39,9 | 30 | 28,0 | R\$ 443.797,57 | R\$ 14.793,25 | 148,588 | R\$ 40.975,94 | 63 | 47,6% |
| 1998/2 | 160 | 104 | 56 | 35,0 | 22 | 21,2 | R\$ 294.908,43 | R\$ 13.404,93 | 148,291 | R\$ 37.204,78 | 71 | 31,0% |
| 1999/1 | 240 | 170 | 70 | 29,2 | 21 | 12,4 | R\$ 431.993,98 | R\$ 20.571,14 | 160,573 | R\$ 52.727,22 | 110 | 19,1% |
| 1999/2 | 200 | 120 | 80 | 40,0 | 16 | 13,3 | R\$ 286.798,86 | R\$ 17.924,93 | 178,099 | R\$ 41.423,32 | 63 | 25,4% |
| 2000/1 | 166 | 85 | 81 | 48,8 | 20 | 23,5 | R\$ 381.813,51 | R\$ 19.090,68 | 183,745 | R\$ 42.761,68 | 56 | 35,7% |
| 2000/2 | 108 | 67 | 41 | 38,0 | 19 | 28,4 | R\$ 371.420,11 | R\$ 19.548,43 | 195,827 | R\$ 41.085,47 | 41 | 46,3% |
| 2001/1 | 158 | 95 | 63 | 39,9 | 24 | 25,3 | R\$ 500.000,00 | R\$ 20.833,33 | 204,31 | R\$ 41.967,99 | 73 | 32,9% |
| 2001/2 | 122 | 70 | 52 | 42,6 | 18 | 25,7 | R\$ 432.661,09 | R\$ 24.036,73 | 216,163 | R\$ 45.766,00 | 55 | 32,7% |
| 2002/1 | 154 | 96 | 58 | 37,7 | 24 | 25,0 | R\$ 599.860,60 | R\$ 24.994,19 | 223,688 | R\$ 45.988,09 | 66 | 36,4% |
| 2002/2 | 149 | 104 | 45 | 30,2 | 14 | 13,5 | R\$ 409.813,23 | R\$ 29.272,37 | 270,867 | R\$ 44.478,57 | 77 | 18,2% |
| 2003/1 | 166 | 109 | 57 | 34,3 | 23 | 21,1 | R\$ 599.999,99 | R\$ 26.086,96 | 286,843 | R\$ 37.430,72 | 80 | 28,8% |
| 2003/2 | 174 | 117 | 57 | 32,8 | 27 | 23,1 | R\$ 606.671,46 | R\$ 22.469,31 | 294,455 | R\$ 31.406,52 | 86 | 31,4% |
| 2004/1 | 190 | 119 | 71 | 37,4 | 27 | 22,7 | R\$ 664.794,63 | R\$ 24.622,02 | 314,419 | R\$ 32.230,27 | 60 | 45,0% |
| 2004/2 | 176 | 98 | 78 | 44,3 | 25 | 25,5 | R\$ 632.186,21 | R\$ 25.287,45 | 331,005 | R\$ 31.442,67 | 39 | 64,1% |
| 2005/1 | 164 | 105 | 59 | 36,0 | 23 | 21,9 | R\$ 713.704,82 | R\$ 31.030,64 | 336,801 | R\$ 37.919,83 | 46 | 50,0% |
| 2005/2 | 195 | 136 | 59 | 30,3 | 17 | 12,5 | R\$ 483.864,91 | R\$ 28.462,64 | 335,006 | R\$ 34.968,07 | 63 | 27,0% |
| 2006/1 | 169 | 92 | 77 | 45,6 | 23 | 25,0 | R\$ 608.190,64 | R\$ 26.443,07 | 339,712 | R\$ 32.036,86 | 62 | 37,1% |
| 2006/2 | 178 | 111 | 67 | 37,6 | 20 | 18,0 | R\$ 613.506,36 | R\$ 30.675,32 | 347,842 | R\$ 36.295,77 | 73 | 27,4% |
| 2007/1 | 238 | 131 | 107 | 45,0 | 29 | 22,1 | R\$ 965.944,24 | R\$ 33.308,42 | 352,936 | R\$ 38.842,49 | 102 | 28,4% |
| 2007/2 | 231 | 128 | 103 | 44,6 | 28 | 21,9 | R\$ 913.483,19 | R\$ 32.624,40 | 374,815 | R\$ 35.824,04 | 103 | 27,2% |
| 2008/1 | 201 | 128 | 77 | 38,3 | 23 | 18,0 | R\$ 843.048,68 | R\$ 36.654,29 | 400,382 | R\$ 37.678,99 | 88 | 26,1% |
| 2008/2 | 172 | 97 | 75 | 43,6 | 24 | 24,7 | R\$ 791.310,18 | R\$ 32.971,26 | 411,575 | R\$ 32.971,26 | 69 | 34,8% |
| Médias | 155,2 | 93,3 | 62,0 | 40,8 | 20,8 | 25,6 | R\$ 490.028,74 | R\$ 22.925,60 | | R\$ 43.055,79 | 59,6 | 40,7% |
| Totais | 4655 | 2798 | 1861 | | 624 | 22,3 | R\$ 14.700.862,25 | | | | | |

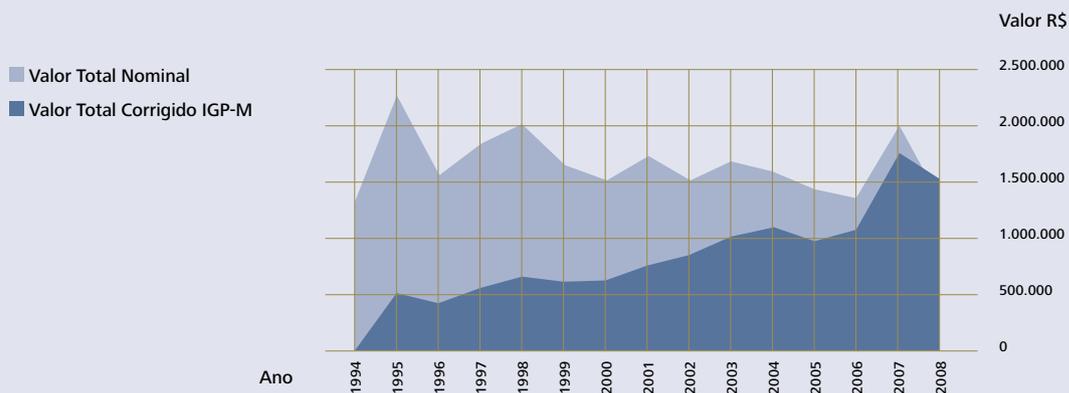
(*) Habilitados/inabilitados: conforme atenderam ou não às normas do edital. Somente os habilitados são analisados no mérito.

(**) Recomendados: projetos com maioria de pareceres favoráveis na CAS, na análise do mérito. Em tese, receberiam financiamento se os recursos fossem suficientes.

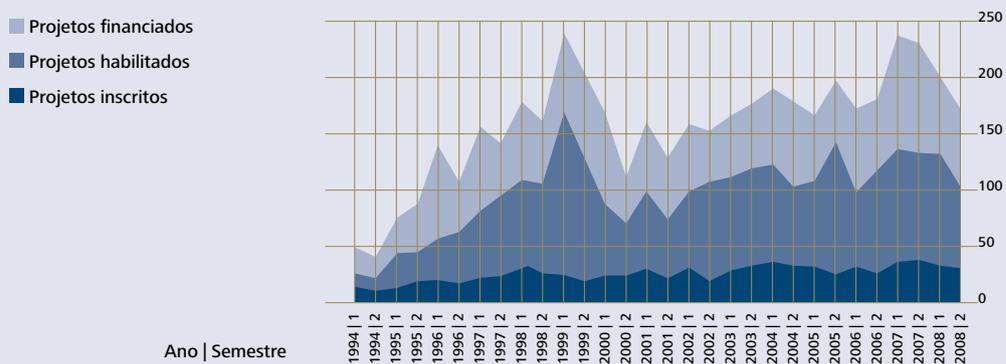
b) Por ano

| Ano | Projetos inscritos | Projetos habilitados | Projetos inabilitados | % projetos inabilitados | Projetos aprovados | % proj.aprov/habilitados | Total de recursos contratados | Valor médio p/projeto (nominal) | IGP-M | Recursos contratados corrigido IGP-M |
|---------------|--------------------|----------------------|-----------------------|-------------------------|--------------------|--------------------------|-------------------------------|---------------------------------|---------|--------------------------------------|
| 1994 | 74 | 38 | 36 | 48,6 | 23 | 60,5 | R\$ 262.506,73 | R\$ 11.413,34 | 107,45 | R\$ 1.005.502,16 |
| 1995 | 157 | 83 | 74 | 47,1 | 29 | 34,9 | R\$ 670.801,89 | R\$ 23.131,10 | 123,833 | R\$ 2.229.496,89 |
| 1996 | 241 | 118 | 123 | 51,0 | 33 | 28,0 | R\$ 522.166,91 | R\$ 15.823,24 | 135,225 | R\$ 1.589.283,39 |
| 1997 | 294 | 170 | 124 | 42,2 | 42 | 24,7 | R\$ 655.614,03 | R\$ 15.609,86 | 145,695 | R\$ 1.852.049,45 |
| 1998 | 338 | 211 | 127 | 37,6 | 52 | 24,6 | R\$ 738.706,00 | R\$ 14.205,88 | 148,291 | R\$ 2.050.245,27 |
| 1999 | 440 | 290 | 150 | 34,1 | 37 | 12,8 | R\$ 718.792,84 | R\$ 19.426,83 | 178,099 | R\$ 1.661.082,67 |
| 2000 | 274 | 152 | 122 | 44,5 | 39 | 25,7 | R\$ 753.233,62 | R\$ 19.313,68 | 195,827 | R\$ 1.583.091,85 |
| 2001 | 280 | 165 | 115 | 41,1 | 42 | 25,5 | R\$ 932.661,09 | R\$ 22.206,22 | 216,163 | R\$ 1.775.789,51 |
| 2002 | 303 | 200 | 103 | 34,0 | 38 | 19,0 | R\$ 1.009.673,83 | R\$ 26.570,36 | 270,867 | R\$ 1.534.171,78 |
| 2003 | 340 | 226 | 114 | 33,5 | 50 | 22,1 | R\$ 1.206.671,45 | R\$ 24.133,43 | 294,455 | R\$ 1.686.627,17 |
| 2004 | 366 | 217 | 149 | 40,7 | 52 | 24,0 | R\$ 1.296.980,84 | R\$ 24.941,94 | 331,005 | R\$ 1.612.679,23 |
| 2005 | 359 | 241 | 118 | 32,9 | 40 | 16,6 | R\$ 1.197.569,73 | R\$ 29.939,24 | 335,006 | R\$ 1.471.286,37 |
| 2006 | 347 | 203 | 144 | 41,5 | 43 | 21,2 | R\$ 1.221.697,00 | R\$ 28.411,56 | 347,842 | R\$ 1.445.541,20 |
| 2007 | 469 | 259 | 210 | 44,8 | 57 | 22,0 | R\$ 1.879.427,43 | R\$ 32.972,41 | 374,815 | R\$ 2.063.752,37 |
| 2008 | 373 | 225 | 152 | 40,8 | 47 | 20,9 | R\$ 1.634.358,86 | R\$ 34.773,59 | 411,575 | R\$ 1.634.358,86 |
| Totais | 4655 | 2798 | 1861 | | 624 | | R\$ 14.700.862,25 | | | R\$ 25.194.958,17 |

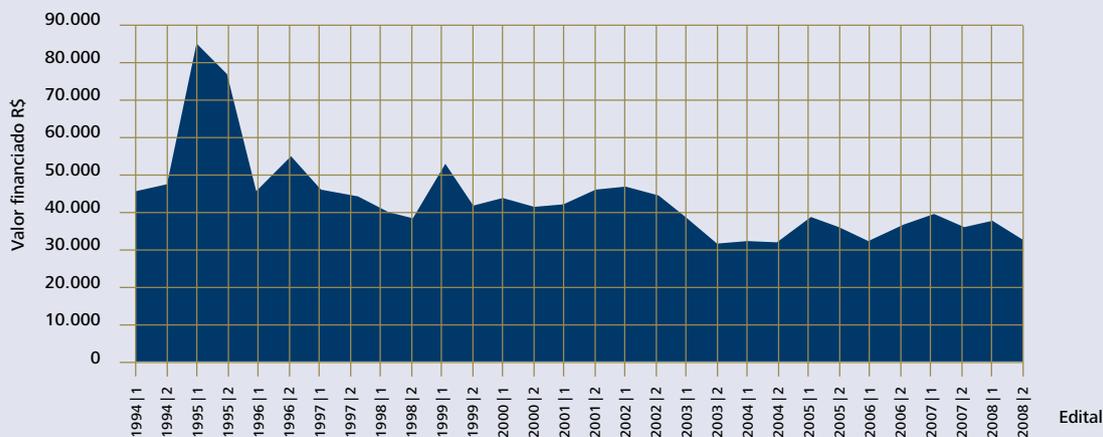
Valor total anual investido, nominal X corrigido IGP-M (1994-2008)



Projetos inscritos, habilitados e financiados, por concurso (1994-2008)

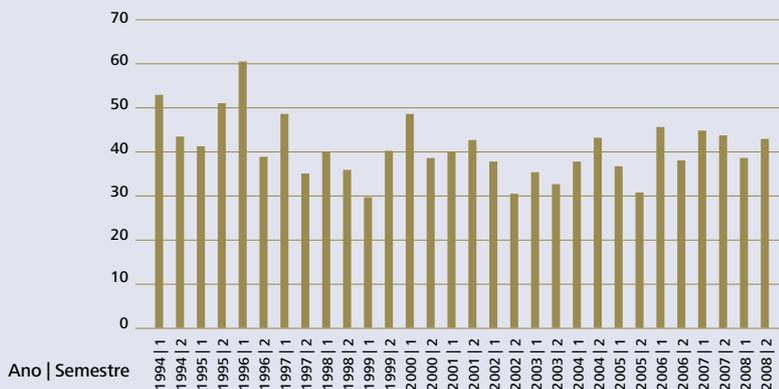


Valor médio real financiado, (corrigido p/IGP-M) por projeto, por concurso (1994-2008)*

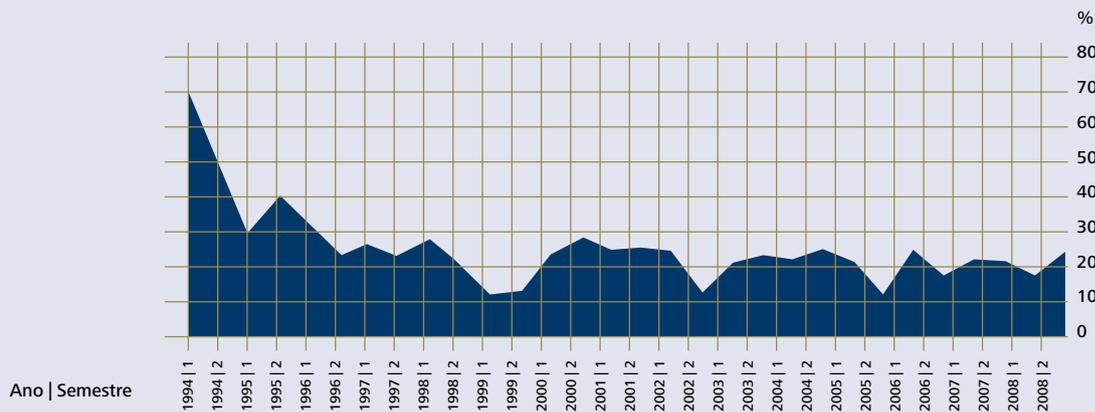


* O FUMPROARTE financia no máximo 80% do custo total dos projetos.

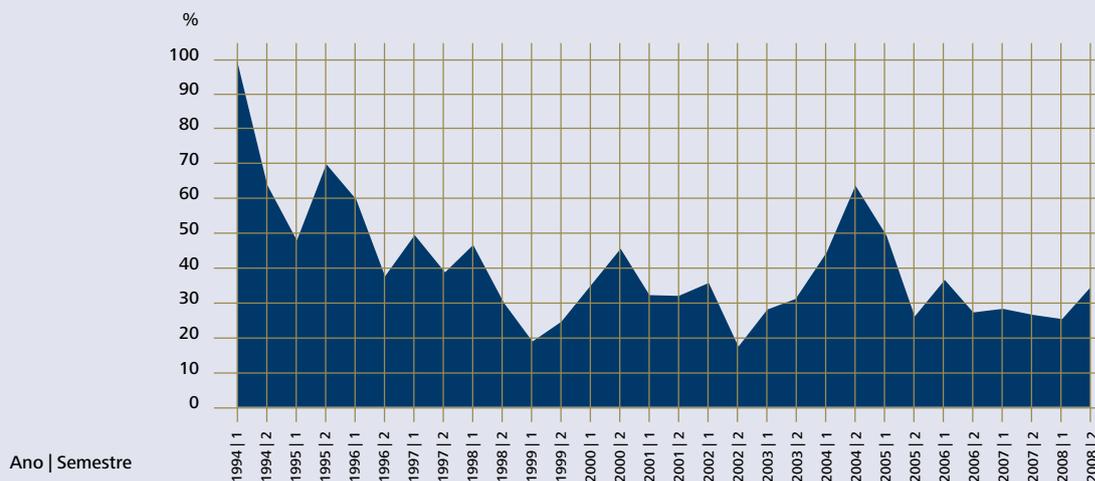
% Projetos inabilitados por concurso (1994-2008)



% Projetos aprovados / habilitados, por concurso



% Projetos aprovados / recomendados, por concurso (1994-2008)



3. Distribuição por áreas

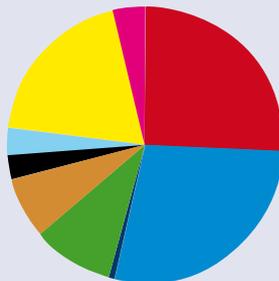
a) Totais (1994-1998)

| Área | Inscritos | % inscritos/área | Habilitados | % habilitados/área | Financiados | % financiados/área | Recursos | % recursos p/área | Valor médio p/projeto |
|------------------|-----------|------------------|-------------|--------------------|-------------|--------------------|---------------|-------------------|-----------------------|
| Artes Plásticas | 277 | 6,0 | 151,5 | 5,4 | 41,5 | 6,6 | 1.043.150,25 | 7,1 | R\$ 25.136,15 |
| Audiovisual | 773 | 16,6 | 448,5 | 16,0 | 90 | 14,4 | 3.018.646,78 | 20,5 | R\$ 33.540,52 |
| Dança | 211,5 | 4,5 | 119,5 | 4,3 | 38,5 | 6,2 | 1.332.703,62 | 9,1 | R\$ 34.615,68 |
| Fotografia | 167,5 | 3,6 | 105,5 | 3,8 | 26 | 4,2 | 494.912,22 | 3,4 | R\$ 19.035,09 |
| Humanidades | 305,5 | 6,6 | 134,5 | 4,8 | 28 | 4,5 | 481.727,65 | 3,3 | R\$ 17.204,56 |
| Literatura | 442,5 | 9,5 | 260,5 | 9,3 | 54,5 | 8,7 | 604.206,84 | 4,1 | R\$ 11.086,36 |
| Multidisciplinar | 54 | 1,2 | 27 | 1,0 | 5 | 0,8 | 186.898,84 | 1,3 | R\$ 37.379,77 |
| Música | 1436,5 | 30,9 | 858,5 | 30,7 | 191 | 30,5 | 3.550.603,58 | 24,1 | R\$ 18.589,55 |
| Teatro | 986,5 | 21,2 | 689,5 | 24,7 | 151,5 | 24,2 | 4.012.347,03 | 27,2 | R\$ 26.484,14 |
| Totais | 4654 | 100,0 | 2795 | 100,0 | 626 | 100,0 | 14.725.196,81 | 100,0 | R\$ 23.522,68 |

OBS.: Projetos classificados em 2 áreas foram tabulados meio a meio em cada uma delas, tanto no que diz respeito ao número de projetos quanto aos valores. Projetos classificados em 3 áreas ou mais foram tabulados como “multidisciplinares”.

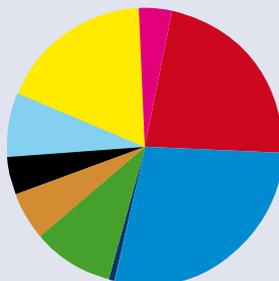
Projetos inscritos por área 1994-2008 (Total 4.654)

| | |
|-----------------------|---|
| Teatro 24,2% | ■ |
| Artes Plásticas 6,0% | ■ |
| Audiovisual 16,6% | ■ |
| Dança 4,5% | ■ |
| Fotografia 3,6% | ■ |
| Humanidades 6,6% | ■ |
| Literatura 9,5% | ■ |
| Multidisciplinar 1,2% | ■ |
| Música 30,9% | ■ |



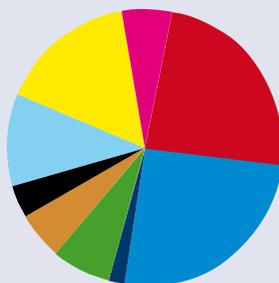
Projetos aprovados por área 1994-2008 (Total 626)

| | |
|-----------------------|---|
| Teatro 27,2% | ■ |
| Artes Plásticas 7,1% | ■ |
| Audiovisual 20,5% | ■ |
| Dança 9,1% | ■ |
| Fotografia 3,4% | ■ |
| Humanidades 3,3% | ■ |
| Literatura 4,1% | ■ |
| Multidisciplinar 1,3% | ■ |
| Música 24,1% | ■ |

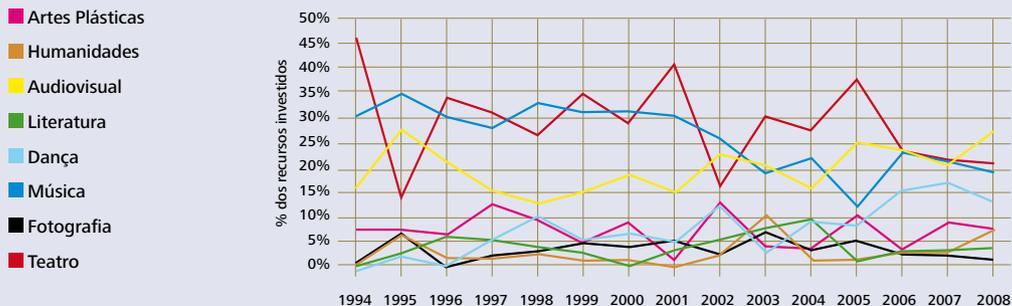


Valor distribuído por área 1994-2008 (Total R\$14.725,196,81)

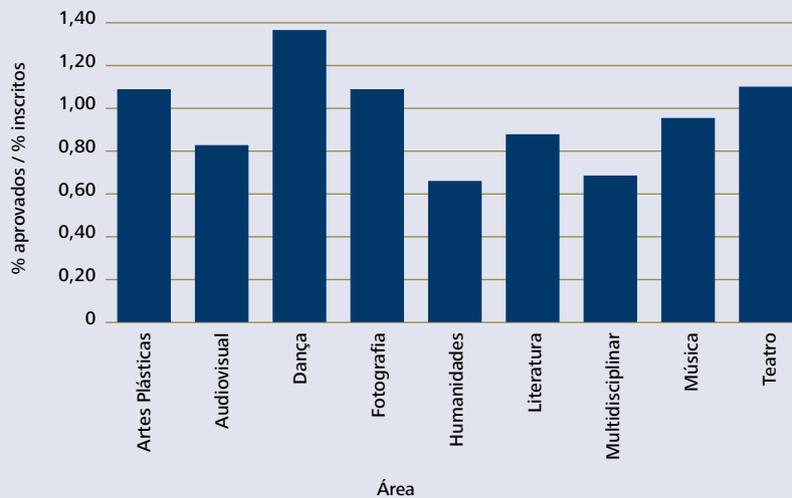
| | |
|-----------------------|---|
| Teatro 24,2% | ■ |
| Artes Plásticas 6,6% | ■ |
| Audiovisual 14,4% | ■ |
| Dança 6,2% | ■ |
| Fotografia 4,2% | ■ |
| Humanidades 4,5% | ■ |
| Literatura 8,7% | ■ |
| Multidisciplinar 0,8% | ■ |
| Música 30,5% | ■ |



Evolução da participação das áreas no total dos recursos (1994-2008)



Probabilidade de aprovação vinculada à área*



* Obtida pela divisão da percentagem de aprovados pela percentagem de inscritos de cada área.

1994

| Área | Inscritos | % inscritos/área | Habilitados | % habilitados/área | Aprovados | % aprovados/área | Recursos | % recursos p/área | Valor médio p/projeto |
|------------------|-----------|------------------|-------------|--------------------|-----------|------------------|----------------|-------------------|-----------------------|
| Artes Plásticas | 7 | 9,50% | 5 | 13,20% | 3 | 13,00% | R\$ 19.487,34 | 7,42% | R\$ 6.495,78 |
| Audiovisual | 23 | 31,10% | 11 | 28,90% | 3 | 13,00% | R\$ 41.516,71 | 15,82% | R\$ 13.838,90 |
| Dança | 4 | 5,40% | | | | | | | |
| Fotografia | 1 | 1,40% | 1 | 2,60% | | | | | |
| Humanidades | 2 | 2,70% | | | | | | | |
| Literatura | 1 | 1,40% | | | | | | | |
| Multidisciplinar | | | | | | | | | |
| Música | 19 | 25,70% | 10 | 26,30% | 9 | 39,10% | R\$ 80.263,70 | 30,58% | R\$ 8.918,19 |
| Teatro | 17 | 23,00% | 11 | 28,90% | 8 | 34,80% | R\$ 121.238,98 | 46,19% | R\$ 15.154,87 |
| Totais | 74 | 100,00% | 38 | 100,00% | 23 | 100,00% | R\$ 262.506,73 | 100,00% | R\$ 11.413,34 |

1995

| Área | Inscritos | % inscritos/área | Habilitados | % habilitados/área | Aprovados | % aprovados/área | Recursos | % recursos p/área | Valor médio p/projeto |
|------------------|-----------|------------------|-------------|--------------------|-----------|------------------|----------------|-------------------|-----------------------|
| Artes Plásticas | 13 | 8,30% | 8 | 9,60% | 2 | 6,70% | R\$ 49.970,31 | 7,30% | R\$ 24.985,16 |
| Audiovisual | 36 | 22,90% | 19 | 22,90% | 4 | 13,30% | R\$ 188.570,98 | 27,55% | R\$ 47.142,75 |
| Dança | 4 | 2,50% | 1 | 1,20% | 1 | 3,30% | R\$ 12.372,97 | 1,81% | R\$ 12.372,97 |
| Fotografia | 8 | 5,10% | 5 | 6,00% | 1 | 3,30% | R\$ 44.081,12 | 6,44% | R\$ 44.081,12 |
| Humanidades | 15 | 9,60% | 7 | 8,40% | 3 | 10,00% | R\$ 39.919,73 | 5,83% | R\$ 13.306,58 |
| Literatura | 8 | 5,10% | 5 | 6,00% | 2 | 6,70% | R\$ 16.398,74 | 2,40% | R\$ 8.199,37 |
| Multidisciplinar | | | | | | | | | |
| Música | 41 | 26,10% | 22 | 26,50% | 12 | 40,00% | R\$ 236.580,91 | 34,56% | R\$ 19.715,08 |
| Teatro | 32 | 20,40% | 16 | 19,30% | 5 | 16,70% | R\$ 96.588,13 | 14,11% | R\$ 19.317,63 |
| Totais | 157 | 100,00% | 83 | 100,00% | 30 | 100,00% | R\$ 684.482,89 | 100,00% | R\$ 22.816,10 |

1996

| Área | Inscritos | % inscritos/área | Habilitados | % habilitados/área | Aprovados | % aprovados/área | Recursos | % recursos p/área | Valor médio p/projeto |
|------------------|-----------|------------------|-------------|--------------------|-----------|------------------|----------------|-------------------|-----------------------|
| Artes Plásticas | 24 | 10,00% | 9 | 7,60% | 2 | 6,10% | R\$ 34.704,06 | 6,60% | R\$ 17.352,03 |
| Audiovisual | 28 | 11,60% | 14 | 11,90% | 4 | 12,10% | R\$ 110.672,85 | 21,20% | R\$ 27.668,21 |
| Dança | 7 | 2,90% | 4 | 3,40% | | | | | |
| Fotografia | 8 | 3,30% | 4 | 3,40% | | | | | |
| Humanidades | 25 | 10,40% | 10 | 8,50% | 2 | 6,10% | R\$ 9.086,33 | 1,70% | R\$ 4.543,17 |
| Literatura | 27 | 11,20% | 14 | 11,90% | 4 | 12,10% | R\$ 31.926,60 | 6,10% | R\$ 7.981,65 |
| Multidisciplinar | | | | | | | | | |
| Música | 85 | 35,30% | 39 | 33,10% | 11 | 33,30% | R\$ 157.914,98 | 30,20% | R\$ 14.355,91 |
| Teatro | 37 | 15,40% | 24 | 20,30% | 10 | 30,30% | R\$ 177.862,09 | 34,10% | R\$ 17.786,21 |
| Totais | 241 | 100,00% | 118 | 100,00% | 33 | 100,00% | R\$ 522.166,91 | 100,00% | R\$ 15.823,24 |

1997

| Área | Inscritos | % inscritos/área | Habilitados | % habilitados/área | Aprovados | % aprovados/área | Recursos | % recursos p/área | Valor médio p/projeto |
|-------------------------|-----------|------------------|-------------|--------------------|-----------|------------------|----------------|-------------------|-----------------------|
| Artes Plásticas | 29 | 9,90% | 19 | 11,20% | 3 | 7,10% | R\$ 81.617,18 | 12,5% | R\$ 27.205,73 |
| Audiovisual | 48 | 16,30% | 31 | 18,20% | 4 | 9,50% | R\$ 101.056,60 | 15,4% | R\$ 25.264,15 |
| Dança | 16 | 5,40% | 12 | 7,10% | 1 | 2,40% | R\$ 35.389,84 | 5,4% | R\$ 35.389,84 |
| Fotografia | 6 | 2,00% | 4 | 2,40% | 1 | 2,40% | R\$ 10.072,08 | 1,5% | R\$ 10.072,08 |
| Humanidades | 25 | 8,50% | 11 | 6,50% | 1 | 2,40% | R\$ 8.116,99 | 1,2% | R\$ 8.116,99 |
| Literatura | 31 | 10,50% | 17 | 10,00% | 5 | 11,90% | R\$ 35.569,81 | 5,4% | R\$ 7.113,96 |
| Multidisciplinar | | | | | | | | | |
| Música | 96 | 32,70% | 48 | 28,20% | 17 | 40,50% | R\$ 181.040,15 | 27,6% | R\$ 10.649,42 |
| Teatro | 43 | 14,60% | 28 | 16,50% | 10 | 23,80% | R\$ 202.751,38 | 30,9% | R\$ 20.275,14 |
| Totais | 294 | 100,00% | 170 | 100,00% | 42 | 100,00% | R\$ 655.614,03 | 100,0% | R\$ 15.609,86 |

1998

| Área | Inscritos | % inscritos/área | Habilitados | % habilitados/área | Aprovados | % aprovados/área | Recursos | % recursos p/área | Valor médio p/projeto |
|-------------------------|-----------|------------------|-------------|--------------------|-----------|------------------|----------------|-------------------|-----------------------|
| Artes Plásticas | 22 | 6,50% | 14 | 6,60% | 5 | 9,60% | R\$ 68.852,30 | 9,32% | R\$ 13.770,46 |
| Audiovisual | 43 | 12,70% | 27 | 12,80% | 4 | 7,70% | R\$ 93.675,44 | 12,68% | R\$ 23.418,86 |
| Dança | 18 | 5,30% | 5 | 2,40% | 3 | 5,80% | R\$ 75.076,49 | 10,16% | R\$ 25.025,50 |
| Fotografia | 12 | 3,60% | 5 | 2,40% | 1 | 1,90% | R\$ 12.770,34 | 1,73% | R\$ 12.770,34 |
| Humanidades | 30 | 8,90% | 18 | 8,50% | 2 | 3,80% | R\$ 21.262,55 | 2,88% | R\$ 10.631,28 |
| Literatura | 33 | 9,80% | 25 | 11,80% | 5 | 9,60% | R\$ 28.723,01 | 3,89% | R\$ 5.744,60 |
| Multidisciplinar | | | | | | | | | |
| Música | 114 | 33,70% | 68 | 32,20% | 20 | 38,50% | R\$ 243.809,48 | 33,00% | R\$ 12.190,47 |
| Teatro | 66 | 19,50% | 49 | 23,20% | 12 | 23,10% | R\$ 194.536,39 | 26,33% | R\$ 16.211,37 |
| Totais | 338 | 100,00% | 211 | 100,00% | 52 | 100,00% | R\$ 738.706,00 | 100,00% | R\$ 14.205,88 |

1999

| Área | Inscritos | % inscritos/área | Habilitados | % habilitados/área | Aprovados | % aprovados/área | Recursos | % recursos p/área | Valor médio p/projeto |
|-------------------------|-----------|------------------|-------------|--------------------|-----------|------------------|----------------|-------------------|-----------------------|
| Artes Plásticas | 22 | 5,00% | 13 | 4,50% | 1 | 2,70% | R\$ 34.585,93 | 4,80% | R\$ 34.585,93 |
| Audiovisual | 52 | 11,80% | 34 | 11,70% | 4 | 10,80% | R\$ 107.648,83 | 15,00% | R\$ 26.912,21 |
| Dança | 14 | 3,20% | 11 | 3,80% | 2 | 5,40% | R\$ 37.086,64 | 5,20% | R\$ 18.543,32 |
| Fotografia | 21 | 4,80% | 15 | 5,20% | 2 | 5,40% | R\$ 36.146,91 | 5,00% | R\$ 18.073,46 |
| Humanidades | 40 | 9,10% | 21 | 7,20% | 1 | 2,70% | R\$ 7.575,00 | 1,10% | R\$ 7.575,00 |
| Literatura | 44 | 10,00% | 27 | 9,30% | 4 | 10,80% | R\$ 20.339,97 | 2,80% | R\$ 5.084,99 |
| Multidisciplinar | | | | | | | | | |
| Música | 144 | 32,70% | 93 | 32,10% | 12 | 32,40% | R\$ 224.867,61 | 31,30% | R\$ 18.738,97 |
| Teatro | 103 | 23,40% | 76 | 26,20% | 11 | 29,70% | R\$ 250.541,95 | 34,90% | R\$ 22.776,54 |
| Totais | 440 | 100,00% | 290 | 100,00% | 37 | 100,00% | R\$ 718.792,84 | 100,00% | R\$ 19.426,83 |

2000

| Área | Inscritos | % inscritos/área | Habilitados | % habilitados/área | Aprovados | % aprovados/área | Recursos | % recursos p/área | Valor médio p/projeto |
|-------------------------|-----------|------------------|-------------|--------------------|-----------|------------------|----------------|-------------------|-----------------------|
| Artes Plásticas | 18 | 6,60% | 8 | 5,30% | 3 | 7,70% | R\$ 67.598,60 | 9,00% | R\$ 22.532,87 |
| Audiovisual | 38 | 13,90% | 25 | 16,40% | 5 | 12,80% | R\$ 140.298,14 | 18,60% | R\$ 28.059,63 |
| Dança | 11 | 4,00% | 4 | 2,60% | 2 | 5,10% | R\$ 50.653,10 | 6,70% | R\$ 25.326,55 |
| Fotografia | 7 | 2,60% | 6 | 3,90% | 3 | 7,70% | R\$ 34.600,58 | 4,60% | R\$ 11.533,53 |
| Humanidades | 29 | 10,60% | 9 | 5,90% | 1 | 2,60% | R\$ 6.669,25 | 0,90% | R\$ 6.669,25 |
| Literatura | 23 | 8,40% | 18 | 11,80% | | 0,00% | | 0,00% | |
| Multidisciplinar | | | | | | | | | |
| Música | 94 | 34,30% | 44 | 28,90% | 15 | 38,50% | R\$ 235.850,18 | 31,30% | R\$ 15.723,35 |
| Teatro | 54 | 19,70% | 38 | 25,00% | 10 | 25,60% | R\$ 217.563,77 | 28,90% | R\$ 21.756,38 |
| Totais | 274 | 100,00% | 152 | 100,00% | 39 | 100,00% | R\$ 753.233,62 | 100,00% | R\$ 19.313,68 |

2001

| Área | Inscritos | % inscritos/área | Habilitados | % habilitados/área | Aprovados | % aprovados/área | Recursos | % recursos p/área | Valor médio p/projeto |
|-------------------------|-----------|------------------|-------------|--------------------|-----------|------------------|----------------|-------------------|-----------------------|
| Artes Plásticas | 20 | 7,10% | 8,0 | 4,80% | 1,0 | 2,30% | R\$ 10.509,79 | 1,10% | R\$ 10.509,79 |
| Audiovisual | 42 | 15,00% | 28,0 | 17,00% | 6,0 | 14,00% | R\$ 139.150,79 | 14,80% | R\$ 23.191,80 |
| Dança | 16 | 5,70% | 8,0 | 4,80% | 2,0 | 4,70% | R\$ 42.963,64 | 4,60% | R\$ 21.481,82 |
| Fotografia | 9 | 3,20% | 8,0 | 4,80% | 3,0 | 7,00% | R\$ 47.687,74 | 5,10% | R\$ 15.895,91 |
| Humanidades | 12 | 4,30% | 1,0 | 2,50% | 0,0 | | | | |
| Literatura | 35 | 12,50% | 20,0 | 12,10% | 4,0 | 9,30% | R\$ 29.938,78 | 3,20% | R\$ 7.484,70 |
| Multidisciplinar | | | | | | | | | |
| Música | 88 | 31,40% | 52,0 | 31,50% | 13,0 | 30,20% | R\$ 287.539,90 | 30,50% | R\$ 22.118,45 |
| Teatro | 58 | 20,70% | 40,0 | 24,20% | 14,0 | 32,60% | R\$ 385.476,60 | 40,90% | R\$ 27.534,04 |
| Totais | 280 | 100,00% | 165,0 | 101,90% | 43,0 | 100,00% | R\$ 943.267,24 | 100,00% | R\$ 21.936,45 |

2002

| Área | Inscritos | % inscritos/área | Habilitados | % habilitados/área | Aprovados | % aprovados/área | Recursos | % recursos p/área | Valor médio p/projeto |
|-------------------------|-----------|------------------|-------------|--------------------|-----------|------------------|------------------|-------------------|-----------------------|
| Artes Plásticas | 14 | 4,60% | 10 | 5,00% | 5 | 13,20% | R\$ 130.725,62 | 12,90% | R\$ 26.145,12 |
| Audiovisual | 51 | 16,90% | 34 | 17,10% | 6 | 15,80% | R\$ 230.668,55 | 22,80% | R\$ 38.444,76 |
| Dança | 19 | 6,30% | 14 | 7,00% | 3 | 7,90% | R\$ 124.605,82 | 12,30% | R\$ 41.535,27 |
| Fotografia | 11 | 3,60% | 7 | 3,50% | 1 | 2,60% | R\$ 23.285,16 | 2,30% | R\$ 23.285,16 |
| Humanidades | 20 | 6,60% | 7 | 3,50% | 2 | 5,30% | R\$ 24.010,89 | 2,40% | R\$ 12.005,45 |
| Literatura | 27 | 8,90% | 17 | 8,50% | 3 | 7,90% | R\$ 53.807,33 | 5,30% | R\$ 17.935,78 |
| Multidisciplinar | | | | | | | | | |
| Música | 104 | 34,40% | 65 | 32,70% | 12 | 31,60% | R\$ 261.926,53 | 25,90% | R\$ 21.827,21 |
| Teatro | 56 | 18,50% | 45 | 22,60% | 6 | 15,80% | R\$ 160.643,93 | 15,90% | R\$ 26.773,99 |
| Totais | 302 | 100,00% | 199 | 100,00% | 38 | 100,00% | R\$ 1.009.673,83 | 100,00% | R\$ 26.570,36 |

2003

| Área | Inscritos | % inscritos/área | Habilitados | % habilitados/área | Aprovados | % aprovados/área | Recursos | % recursos p/área | Valor médio p/projeto |
|------------------|-----------|------------------|-------------|--------------------|-----------|------------------|------------------|-------------------|-----------------------|
| Artes Plásticas | 12 | 3,50% | 7 | 3,10% | 2 | 4,00% | R\$ 47.263,66 | 3,90% | R\$23.631,83 |
| Audiovisual | 52 | 15,30% | 29 | 12,80% | 8 | 16,00% | R\$ 245.288,89 | 20,30% | R\$30.661,11 |
| Dança | 13 | 3,80% | 6 | 2,70% | 1 | 2,00% | R\$ 30.181,25 | 2,50% | R\$30.181,25 |
| Fotografia | 13 | 3,80% | 9 | 4,00% | 3 | 6,00% | R\$ 75.640,46 | 6,30% | R\$25.213,49 |
| Humanidades | 21 | 6,20% | 11 | 4,90% | 5 | 10,00% | R\$ 123.975,31 | 10,30% | R\$24.795,06 |
| Literatura | 36 | 10,60% | 24 | 10,60% | 6 | 12,00% | R\$ 92.965,93 | 7,70% | R\$15.494,32 |
| Multidisciplinar | | | | | | | | | |
| Música | 108 | 31,80% | 74 | 32,70% | 11 | 22,00% | R\$ 226.049,29 | 18,70% | R\$20.549,94 |
| Teatro | 85 | 25,00% | 66 | 29,20% | 14 | 28,00% | R\$ 365.306,66 | 30,30% | R\$26.093,33 |
| Totais | 340 | 100,00% | 226 | 100,00% | 50 | 100,00% | R\$ 1.206.671,45 | 100,00% | R\$24.133,43 |

2004

| Área | Inscritos | % inscritos/área | Habilitados | % habilitados/área | Aprovados | % aprovados/área | Recursos | % recursos p/área | Valor médio p/projeto |
|------------------|-----------|------------------|-------------|--------------------|-----------|------------------|------------------|-------------------|-----------------------|
| Artes Plásticas | 17 | 4,64% | 6 | 2,83% | 2 | 3,85% | R\$ 44.712,90 | 3,45% | R\$ 22.356,45 |
| Audiovisual | 54 | 14,75% | 29 | 13,68% | 10 | 19,23% | R\$ 203.877,24 | 15,72% | R\$ 20.387,72 |
| Dança | 13 | 3,55% | 7 | 3,30% | 3 | 5,77% | R\$ 117.237,35 | 9,04% | R\$ 39.079,12 |
| Fotografia | 15 | 4,10% | 9 | 4,25% | 2 | 3,85% | R\$ 54.423,22 | 4,20% | R\$ 27.211,61 |
| Humanidades | 15 | 4,10% | 5 | 2,36% | 1 | 1,92% | R\$ 16.863,84 | 1,30% | R\$ 16.863,84 |
| Literatura | 48 | 13,11% | 21 | 9,91% | 6 | 11,54% | R\$ 124.720,80 | 9,62% | R\$ 20.786,80 |
| Multidisciplinar | 5 | 1,37% | 4 | 1,89% | 3 | 5,77% | R\$ 94.257,14 | 7,27% | R\$ 31.419,05 |
| Música | 117 | 31,97% | 69 | 32,55% | 14 | 26,92% | R\$ 283.759,70 | 21,88% | R\$ 20.268,55 |
| Teatro | 82 | 22,40% | 62 | 29,25% | 11 | 21,15% | R\$ 357.128,65 | 27,54% | R\$ 32.466,24 |
| Totais | 366 | 100,00% | 212 | 100,00% | 52 | 100,00% | R\$ 1.296.980,84 | 100,00% | R\$ 24.941,94 |

2005

| Área | Inscritos | % inscritos/área | Habilitados | % habilitados/área | Aprovados | % aprovados/área | Recursos | % recursos p/área | Valor médio p/projeto |
|------------------|-----------|------------------|-------------|--------------------|-----------|------------------|------------------|-------------------|-----------------------|
| Artes Plásticas | 20,5 | 5,70% | 13,5 | 5,50% | 3,5 | 9,00% | R\$ 123.504,90 | 10,30% | R\$ 35.287,11 |
| Audiovisual | 78 | 21,70% | 53,5 | 21,70% | 8,5 | 21,80% | R\$ 299.001,87 | 25,00% | R\$ 35.176,69 |
| Dança | 11,5 | 3,20% | 10,5 | 4,30% | 2,5 | 6,40% | R\$ 98.497,33 | 8,20% | R\$ 39.398,93 |
| Fotografia | 12 | 3,30% | 8,5 | 3,40% | 3 | 7,70% | R\$ 57.353,88 | 4,80% | R\$ 19.117,96 |
| Humanidades | 14 | 3,90% | 9,5 | 3,80% | 1,5 | 3,80% | R\$ 13.602,55 | 1,10% | R\$ 9.068,37 |
| Literatura | 37 | 10,30% | 19 | 7,70% | 2 | 5,10% | R\$ 9.544,13 | 0,80% | R\$ 4.772,07 |
| Multidisciplinar | 7 | 1,90% | 3 | 1,20% | 0 | 0,00% | R\$ 0,00 | 0,00% | |
| Música | 89,5 | 24,90% | 58,5 | 23,70% | 6,5 | 16,70% | R\$ 142.449,92 | 11,90% | R\$ 21.915,37 |
| Teatro | 89,5 | 24,90% | 71 | 28,70% | 11,5 | 29,50% | R\$ 453.662,31 | 37,90% | R\$ 39.448,90 |
| Totais | 359 | 100,00% | 247 | 100,00% | 39 | 100,00% | R\$ 1.197.616,89 | 100,00% | R\$ 30.708,13 |

2006

| Área | Inscritos | % inscritos/área | Habilitados | % habilitados/área | Aprovados | % aprovados/área | Recursos | % recursos p/área | Valor médio p/projeto |
|------------------|-----------|------------------|-------------|--------------------|-----------|------------------|------------------|-------------------|-----------------------|
| Artes Plásticas | 18 | 5,2% | 9 | 4,4% | 2,0 | 4,7% | R\$ 40.970,35 | 3,4% | R\$ 20.485,18 |
| Audiovisual | 56 | 16,1% | 28,5 | 14,0% | 7,0 | 16,3% | R\$ 287.683,18 | 23,5% | R\$ 41.097,60 |
| Dança | 14,5 | 4,2% | 9,5 | 4,7% | 5,5 | 12,8% | R\$ 185.650,56 | 15,2% | R\$ 33.754,65 |
| Fotografia | 13,5 | 3,9% | 10,5 | 5,1% | 1,5 | 3,5% | R\$ 29.426,40 | 2,4% | R\$ 19.617,60 |
| Humanidades | 18 | 5,2% | 6 | 2,9% | 1,0 | 2,3% | R\$ 35.109,91 | 2,9% | R\$ 35.109,91 |
| Literatura | 25,5 | 7,3% | 10,5 | 5,1% | 4,5 | 10,5% | R\$ 34.815,89 | 2,8% | R\$ 7.736,86 |
| Multidisciplinar | 12 | 3,5% | 8 | 3,9% | 1,0 | 2,3% | R\$ 38.218,68 | 3,1% | R\$ 38.218,68 |
| Música | 96 | 27,7% | 56,5 | 27,7% | 11,0 | 25,6% | R\$ 284.950,62 | 23,3% | R\$ 25.904,60 |
| Teatro | 93,5 | 26,9% | 65,5 | 32,1% | 9,5 | 22,1% | R\$ 284.871,41 | 23,3% | R\$ 29.986,46 |
| Totais | 347 | 100,0% | 204 | 100,0% | 43,0 | 100,0% | R\$ 1.221.697,00 | 100,0% | R\$ 28.411,56 |

2007

| Área | Inscritos | % inscritos/área | Habilitados | % habilitados/área | Aprovados | % aprovados/área | Recursos | % recursos p/área | Valor médio p/projeto |
|------------------|-----------|------------------|-------------|--------------------|-----------|------------------|----------------|-------------------|-----------------------|
| Artes Plásticas | 27 | 5,8% | 13,5 | 5,2% | 4 | 7,0% | R\$ 166.325,84 | 8,8% | R\$ 41.581,46 |
| Audiovisual | 101 | 21,5% | 43,5 | 16,8% | 8,5 | 14,9% | R\$ 383.872,44 | 20,4% | R\$ 45.161,46 |
| Dança | 30 | 6,4% | 15 | 5,8% | 7 | 12,3% | R\$ 313.715,33 | 16,7% | R\$ 44.816,48 |
| Fotografia | 13,5 | 2,9% | 6 | 2,3% | 2,5 | 4,4% | R\$ 44.723,01 | 2,4% | R\$ 17.889,20 |
| Humanidades | 22 | 4,7% | 9,5 | 3,7% | 3 | 5,3% | R\$ 55.314,07 | 2,9% | R\$ 18.438,02 |
| Literatura | 31,5 | 6,7% | 20,5 | 7,9% | 4,5 | 7,9% | R\$ 63.520,95 | 3,4% | R\$ 14.115,77 |
| Multidisciplinar | 12 | 2,6% | 4 | 1,5% | 1 | 1,8% | R\$ 54.423,02 | 2,9% | R\$ 54.423,02 |
| Música | 144 | 30,7% | 95,5 | 36,9% | 15 | 26,3% | R\$ 393.623,50 | 20,9% | R\$ 26.241,57 |
| Teatro | 88 | 18,8% | 51,5 | 19,9% | 11,5 | 20,2% | R\$ 403.909,27 | 21,5% | R\$ 35.122,55 |
| Totais | 469 | 100,0% | 259 | 100,0% | 57 | 100,0% | R\$ 879.427,43 | 100,0% | R\$ 32.972,41 |

2008

| Área | Inscritos | % inscritos/área | Habilitados | % habilitados/área | Aprovados | % aprovados/área | Recursos | % recursos p/área | Valor médio p/projeto |
|------------------|-----------|------------------|-------------|--------------------|-----------|------------------|------------------|-------------------|-----------------------|
| Artes Plásticas | 13,5 | 3,60% | 8,5 | 3,80% | 3 | 6,30% | R\$ 122.321,47 | 7,50% | R\$ 40.773,82 |
| Audiovisual | 71 | 19,00% | 42 | 19,00% | 8 | 16,70% | R\$ 445.664,27 | 27,30% | R\$ 55.708,03 |
| Dança | 20,5 | 5,50% | 12,5 | 5,70% | 5,5 | 11,50% | R\$ 209.273,30 | 12,80% | R\$ 38.049,69 |
| Fotografia | 17,5 | 4,70% | 7,5 | 3,40% | 2 | 4,20% | R\$ 24.701,32 | 1,50% | R\$ 12.350,66 |
| Humanidades | 17,5 | 4,70% | 9,5 | 4,30% | 4,5 | 9,40% | R\$ 120.221,23 | 7,40% | R\$ 26.715,83 |
| Literatura | 35,5 | 9,50% | 22,5 | 10,20% | 4,5 | 9,40% | R\$ 61.934,90 | 3,80% | R\$ 13.763,31 |
| Multidisciplinar | 18 | 4,80% | 8 | 3,60% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 |
| Música | 97 | 26,00% | 64 | 29,00% | 12,5 | 26,00% | R\$ 309.977,11 | 19,00% | R\$ 24.798,17 |
| Teatro | 82,5 | 22,10% | 46,5 | 21,00% | 8 | 16,70% | R\$ 340.265,51 | 20,80% | R\$ 42.533,19 |
| Totais | 373 | 100,00% | 221 | 100,00% | 48 | 100,00% | R\$ 1.634.359,11 | 100,00% | R\$ 34.049,15 |

4. Dados de áreas específicas

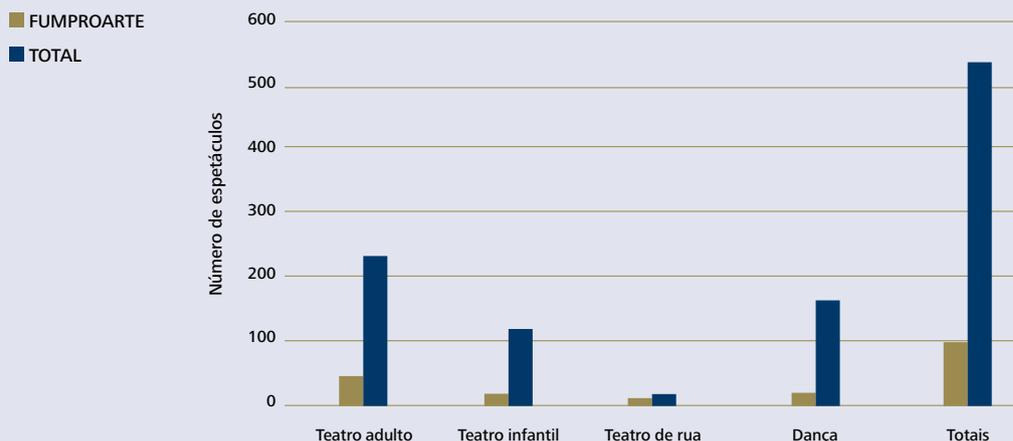
a) Participação na produção de artes cênicas

Participação na produção local de artes cênicas em Porto Alegre* (1997-2005) Espetáculos de dança e teatro



* Fonte: anuários de artes cênicas da secretaria Municipal de Cultura

Participação na produção de artes cênicas conforme o segmento (1997-2005)



| Área | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | Totais | % FUMPROARTE | Variação 1997-2005 |
|-----------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|--------------|--------------------|
| Teatro adulto | 16 | 30 | 18 | 23 | 30 | 27 | 31 | 26 | 34 | 235 | | |
| FUMPROARTE | 4 | 8 | 3 | 4 | 13 | 9 | 1 | 5 | 6 | 53 | 22,6% | |
| Teatro infantil | 11 | 15 | 18 | 13 | 15 | 11 | 16 | 13 | 16 | 128 | | |
| FUMPROARTE | 2 | 1 | 4 | 2 | 1 | 1 | 3 | 0 | 3 | 17 | 13,3% | |
| Teatro de rua | 0 | 0 | 6 | 4 | 1 | 5 | 2 | 1 | | 19 | | |
| FUMPROARTE | 0 | 1 | 3 | 2 | 0 | 2 | 1 | 2 | | 11 | 57,9% | |
| Dança | 17 | 9 | 10 | 21 | 18 | 18 | 19 | 20 | 26 | 158 | | |
| FUMPROARTE | 0 | 2 | 2 | 2 | 2 | 3 | 1 | 1 | 3 | 16 | 10,1% | |
| Total de espetáculos | 44 | 54 | 52 | 61 | 64 | 61 | 68 | 60 | 76 | 540 | | 172,7% |
| Financiados pelo FUMPROARTE | 6 | 12 | 12 | 10 | 16 | 15 | 6 | 8 | 12 | 97 | 18,0% | 200,0% |
| Participação do FUMPROARTE | 13,6% | 22,2% | 23,1% | 16,4% | 25,0% | 24,6% | 8,8% | 13,3% | 15,8% | 18,0% | | |

| Segmentos | FUMPROARTE | Total | Participação por segmento |
|-----------------|------------|------------|---------------------------|
| Teatro adulto | 53 | 235 | 22,6% |
| Teatro infantil | 17 | 128 | 13,3% |
| Teatro de rua | 11 | 19 | 57,9% |
| Dança | 16 | 158 | 10,1% |
| Totais | 97 | 540 | 18,0% |

b) Participação na produção audiovisual gaúcha (2000-2008)

